# TURISMO E MEIO AMBIENTE

### VOLUME II

# MARIA TEREZA D.P. LUCHIARI (Organizadora)

Departamento de Sociologia Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas

textos Didáticos nº 31(2) - DEZEMBRO DE 1997

### TEXTOS DIDÁTICOS

IFCH/UNICAMP Setor de Publicações

Caixa Postal: 6110

CEP: 13081-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 788.8342 - Fax: (019) 239.33.27

### SOLICITA-SE PERMUTA EXCHANGE DESIRED

Diretor: Prof. Dr. Paulo Miceli

Diretor Associado: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Comissão de Publicações:

Profa Amneris Angela Maroni - DCP, Profa Ana Maria Niemeyer - DA, Prof. Italo A. Tronca - DH, Prof. Márcio Bilharinho Naves - DS, Prof. Oswaldo Giacóia Jr. - DF e Prof. Rubem Murilo Leão Rêgo (Coordenador).

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Elizabeth S. S. Oliveira e Magali Mendes

#### Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Luiz Antonio dos Santos, José Carlos Diana e Leontina Marques Segantini.

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão IFCH/UNICAMP

# SUMÁRIO

Turismo e lazer: viajando com personagens	
Heloísa Turini Bruhns	5
Sombras sobre o reino tropical de Dionísio: população,	
meio ambiente e urbanização turística no litoral do RN	
Edmilson Lopes Júnior	31
Turismo e cultura caiçara no litoral paulista	
Maria Tereza Duarte Paes Luchiari	53
Desenvolvimento sustentável e atividade turística	
Arlete Moysés Rodrigues	83



# Turismo e lazer: viajando com personagens

#### HELOISA TURINI BRUHNS\*

Pretendo discutir aqui algumas questões relacionadas ao turismo enquanto manifestação do lazer contemporâneo. Na tentativa de evitar abstrações excessivas, vou me deter em pesquisas realizadas com duas populações bastante diferenciadas, quais sejam, um grupo representativo da elite empresarial e outro representativo da camada popular, ambas pertencentes à sociedade paulistana.

No primeiro grupo, Forfaz 1988) investigou as práticas e representações acerca do lazer e consumo de bens da indústria cultural relacionados ao grupo pesquisado, constatando serem as viagens um componente significativo nos hábitos de lazer do mesmo.

Quanto ao segundo, me basearei em dois trabalhos (Magnani, 1984 e Macedo e Figueiredo, 1986) os quais relacionam-se ao mesmo tema, ou seja, a excursão de "farofeiros", caracterizada por se constituir numa viagem de um dia ao litoral, com o objetivo de usufruir da praia.

Como essas viagens manifestam-se e desenvolvem-se, relacionando-se a determinada concepção de trabalho e lazer, é o que tentarei desenvolver em seguida.

Professora do Departamento de Estudos do Lazer da FEF-Unicamp e coordenadora da área de "Turismo e Meio Ambiente" do Nepam - Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp.

Devo esclarecer não ser meu objetivo interpretar a questão do turismo de forma única privilegiando determinismos de classe ou prendendo-me ao nível do poder, esquecendo as múltiplas mediações deste último com o nível do simbólico. Tendo como pressuposto a multidimensionalidade das práticas sociais, bem como a mediatização das relações humanas pelo imaginário (elemento básico constitutivo das condutas), as condições objetivas de existência devem ser relacionadas à construção desse imaginário.

## Viajando na "classe" executiva

Iniciando pelas viagens do setor economicamente dominante, explorarei alguns elementos buscando ampliar a discussão em torno das questões propostas.

Embora não aparecendo entre as opções de lazer com maior freqüência<sup>1</sup>, a viagem veio mostrar-se um hábito bastante freqüente na vida dessas pessoas, as quais apontaram saídas periódicas nos finais de semana para o litoral ou para o campo. Um número elevado de entrevistados indicou a alternância dos fins de semana entre a praia e o campo, em suas propriedades. Quanto ao campo referiram-se com maior freqüência a fazendas (próprias ou de amigos).

O não desligamento dos problemas das empresas, bem como a busca constante da acumulação do capital, conduz esses empresários a uma tentativa de transformar negócio em diversão, observado na fala:

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> - Na pesquisa as viagens aparecem no quadro geral de freqüência das atividades de lazer, em sexto lugar no total, considerando o conjunto dos estudantes, mulheres e homens. Separadamente atinge o quarto lugar na freqüência dos estudantes, último nos homens e quinto lugar nas mulheres.

"Desenvolveu-se uma coisa curiosa em que o lazer, quer dizer um certo descanso mental, é mudar de atividade de trabalho. Eu considero que meu principal lazer é quando eu, anteriormente e ainda hoje, deixo os trabalhos comerciais de uma grande sociedade anônima e vou cuidar dos problemas e vou trabalhar nas atividades rurais das propriedades e vou trabalhar nas atividades rurais das propriedades particulares e das propriedades da própria empresa. Eu considero então, um Sábado e um Domingo de trabalho nas fazendas a minha principal fonte de lazer". (Forjaz, op. cit., p.101).

Além de viajar muito, a autora constatou sobre esses finais de semana ocorrerem no âmbito familiar. Igualmente verificou diferenças no modo de usufruir das férias, as quais relacionam-se às viagens, entre mulheres, homens e estudantes, como relatou uma das entrevistadas: "As férias estão condicionadas aos filhos. Mas nas férias do marido viajo sem os filhos para o Sul, Argentina ou Estados Unidos", evidenciando certo condicionamento aos maridos e filhos.

Já para os empresários a pesquisa apontou certo determinismo pelos negócios e pelas necessidades das empresas. Além de um volume menor de férias comparado com o das mulheres, freqüentemente constituem um prolongamento de uma viagem de negócios, exemplificado nas palavras de um deles: "Viagens internacionais, sendo que não são férias realmente. Quando tenho que viajar para fora do país a trabalho, estendo mais uma semana ou duas para passear".

Uma reunião no exterior pode ser tensa e cansativa, conclui Forjaz (op. cit., p.107), "mas também pode proporcionar momentos de relaxamento, satisfação e inovação".

Mesmo quando em férias e não necessitando ocupar-se com negócios, os empresários manifestaram satisfação em fazê-lo: "Viajo pelo Brasil ou vou ao exterior, nunca fico em casa. Aprecio em especial observar atividades ligadas aos negócios nos locais que visito, principalmente no exterior" (idem).

Quanto aos jovens herdeiros, notou-se uma preocupação em transformar as férias num investimento para habilitá-los, almejando futuras funções na empresa, observado no seguinte depoimento: "Nas férias faço viagens ao exterior em busca de uma complementação da minha formação". (idem). Cursos, contatos com outra cultura, com teorias econômicas e administrativas de vanguarda constituem um acervo adquirido nas viagens desses jovens.

Porém, além do caráter instrumental, as viagens dos estudantes também apontaram uma dimensão de "curtição", "de usufruto e descoberta do desconhecido, de afastamento da rotina cotidiana e de desafio", aparecendo no seu discurso expressões como "viajar sem destino fixo" ou "viajar sem roteiro predeterminado" (ibid., p.108).

O comportamento dos jovens, alternando trabalho com as viagens de férias, assemelha-se ao de seus pais empresários, como a pesquisa revelou através das falas: "Trabalho com o pai durante a semana e nos fins de semana viajo. Dificilmente faço viagens prolongadas, a menos que vá para o exterior", ou: "Geralmente passo as férias em Recife, trabalhando e usufruindo o que elas podem oferecer".

Desses depoimentos pode-se inferir a não rigidez existente nesse grupo social, separando trabalho e lazer, os quais operam numa complementaridade, ao mesmo tempo notando-se uma grande valorização do trabalho, o qual adquire uma forte conotação embasada no componente prazer (justificando o grande tempo dispendido com ele), em oposição a uma concepção bíblica cristã tradicional, onde trabalho significa castigo ou expurgação do pecado<sup>2</sup>. É evidente também que esse trabalho difere muito daquele controlado por instrumentos disciplinadores como o relógio, onde se deve cumprir determinado tempo e não determinada tarefa,

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> - Os valores atribuídos ao trabalho pelos empresários aproximam-se aos da ética protestante, desenvolvidos por Weber (1967).

e onde os componentes criatividade, inovação e decisão geralmente encontram-se obscurecidos.

Embora não excludentes nessa situação específica, tanto trabalho, como não-trabalho mostram-se permeados pela lógica da produtividade, do rendimento e do lucro. Dessa forma podemos falar numa prestação de contas do prazer, ou de como justificar produtivamente o tempo, de forma geral.<sup>3</sup>

Nesse quadro, onde perdeu-se o caráter gratuito, tudo devendo ser justificado pela utilidade, como também aceito pelos padrões morais instituídos, o gratuito, o informal, passam a receber o rótulo de vadiagem, de ociosidade.

#### Do ócio ao negócio

No caso do nosso país, retomando o processo histórico das reivindicações grevistas de 1917, nota-se dentre elas, por parte dos anarquistas e operários, a diminuição das horas de trabalho, enquanto políticos e empresários atentavam para os perigos do alcoolismo e da ociosidade presentes nas horas vagas. Sant'Anna (94, p.24) exemplificando tal atitude, aponta a lei de férias aprovada em 1925 pelo decreto nº 4.982, que, "ao passar pelo antigo Conselho Nacional de Trabalho – uma espécie de embrião do Ministério do Trabalho –, sofreu uma série de pressões para não ser efetivamente aplicada. Entre os argumentos que justificavam a postura dos empresários, figura o perigo do ócio e dos vícios que poderiam emergir com o tempo de férias". O entendimento do ócio como vício e imo-

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> - Sobre o tempo enquanto produtividade, Thompson (1991) escreveu um texto esclarecendo como surgiram os "problemas" do tempo livre (justamente quando deveria ser justificado), no quadro da revolução industrial inglesa, a partir da concepção do tempo como dinheiro, como mercadoria, negociado sob múltiplas formas.

ralidade legitimava um discurso a favor da produtividade, bem como da exploração da mão de obra operária.

Portanto, o que ocorreu, mostra a autora,

"não foi simplesmente o esforço em evitá-lo e reprimí-lo. Fundamentalmente, foi preciso produzi-lo como uma anomalia social a ser corrigida, como um problema que não dizia respeito apenas à moral instituída, mas também à economia, à política, à medicina". Nesse quadro, criaram-se espaços de lazer como jardins, clubes esportivos, bem como programas de ginástica, em detrimento do botequim, das atividades permeadas pela informalidade, onde a "gratuidade dos contatos e práticas sobrepunha-se às regras de higiene e de conduta moral que as autoridades civis e religiosas esforçavam-se para implantar nas cidades" (Sant'Anna, op. cit., p.25).

Na tentativa de elucidar a questão vou me deter numa notícia publicada recentemente no jornal Folha de São Paulo (27/04/97) intitulada "Truques ajudam executivo a esticar dia". A reportagem inicia com a afirmativa sobre tempo ser dinheiro para dez entre dez empresários ou executivos no país, e numa época de economia globalizada e competitividade a todo vapor, alguns desses empresários estarem criando verdadeiros "manuais", tentando render mais as 24 horas diárias: "Nessa correira diária contra o relógio, vale tudo, desde levar computador e celular para dentro do carro e fazer reunião em aeroporto até alugar helicópteros". Vários empresários são citados em depoimentos sobre a utilização desses aparatos, buscando maior produtividade do tempo.

Nesse sentido, prossegue a reportagem, cursos e palestras sobre a administração do tempo estão sendo desenvolvidos por consultores especializados. Um consultor esclarece sobre os empresários e executivos estarem cientes de que "um dia mais produtivo gera dinheiro".

Se para os empresários da pesquisa citada torna-se quase irracional não estarem ocupados, uma vez sendo o tempo considerado dinheiro, isso nem sempre ocorreu dessa forma, com outras lógicas permeando a vivência do tempo.

De Grazia (1966, p.271) realizando uma leitura da sociedade americana na relação do trabalho com o lazer, revela sobre em outras épocas não existir tempo livre, porém tempo "desocupado". Constituía-se no tempo que sobrava sem contar com ele, como ocorria quando um vizinho vinha ajudar, ou "se os materiais de trabalho resultavam excepcionalmente dóceis ou, simplesmente, as coisas vinham bem. Se isto ocorria, alguém podia entregar-se a um passatempo, às cartas, por exemplo". Não havia razão para estar ocupado, quando a tarefa diária estava encerrada.

Ainda buscando um entendimento desses aspectos, podemos recorrer a Thompson (1991) discutindo as irregularidades relacionadas ao trabalho presentes até as primeiras décadas da século XIX, na Inglaterra, trazendo exemplos através de depoimentos de fazendeiros da época, bem como dos moralistas e mercantilistas dos séculos XVII e XVIII, estes últimos opondo-se à postura descontraída dos trabalhadores frente à rigidez dos horários.

Quando os homens estavam em posição de controlar a sua própria vida de trabalho, alternavam períodos de labuta intensa com os de completa preguiça. Neste aspecto, o autor prossegue esclarecendo a manutenção deste padrão nos dias atuais, entre alguns profissionais autônomos, ou seja, artistas, escritores, pequenos fazendeiros, e "talvez estudantes" (Thompson, op. cit., p.59)

No capitalismo industrial avançado, o tempo passa a ser consumido, comprado, posto em uso, tornando-se uma ofensa a permissão do simplesmente "passar o tempo". Muitos elementos estavam envolvidos na assimilação desse novo tempo como a supervisão do trabalho através do relógio, os incentivos monetários, a pregação através do ensino, a supressão de feiras e dias de folga. Atitudes como a "falta de produtividade, aliada à impertinência" eram mais recriminadas que o jogo de bingo, reveladas por Thompson (op. cit., p.77) através de fala de um moralista, referindo-se ao comportamento dos trabalhadores manuais:

"muitas horas livres por dia, para passar como lhes apetecesse... É freqüente vê-los anulando esse tempo pura e simplesmente. São capazes de passar uma hora, ou várias horas... sentados num banco, ou deitados num monte... deixando-se invadir pelo puro prazer de não fazer nada e pelo torpor... ou reunidos em grupos à beira da estrada, prontos a riremse de qualquer pessoa que passe, fazendo impertinências..."

Referindo-se aos dias atuais, numa comparação com a postura moralista, o autor nos convida a não nos esquecermos

"que muito do que foi dito pelos moralistas do mercantilismo, sobre a forma como os ingleses pobres do século XVII falharam na sua resposta aos incentivos e às normas, é hoje freqüentemente repetido, por observadores e teóricos do crescimento econômico, sobre os povos dos países em desenvolvimento" (p.78)

O povo, recebendo ataques de várias direções sobre seus hábitos, não permaneceria silencioso. No início do processo, houve resistência passiva, porém na fase seguinte, ainda com Thompson, na imposição da nova disciplina dos horários, ocorreu uma luta dos trabalhadores, "não contra o tempo, mas acerca dele", resultando numa compressão do dia de trabalho.

Dessa forma, o autor indica o surgimento no bojo desse movimento, de três gerações de operários: a primeira foi ensinada pelos patrões a dar importância ao tempo; a segunda, formou os seus comitês para o encurtamento do dia de trabalho; a terceira combateu pelo pagamento das horas extraordinárias, completando: "os operários tinham feito suas as idéias

dos patrões e aprendido a combatê-las. Tinham aprendido bem demais a lição de que tempo é dinheiro" (Thompson, op. cit., p.73).

A noção do tempo como mercadoria, implica na sua negociação sob diversas formas e, como tal, o tempo de trabalho é vendido aos empregadores, como o tempo denominado livre, comprado pelos empregados.

# Viajando na "classe farofeira"

Passo a desenvolver aspectos relacionados à viagem empreendida pelos nossos seguintes personagens, os intitulados "farofeiros", tentando mostrar que, embora permeados sob a mesma lógica do tempo mercadoria, as manifestações exteriorizam-se diferentemente do grupo anterior, não só pelas condições de vida, mas pelos estigmas recebidos, bem como pelo imaginário presente na oportunidade de viajar, nem que seja por um dia, para usufruir de um banho de mar.

Nesse tipo de turismo de massa deve ser estabelecida uma relação entre o padrão de desenvolvimento urbano e a existência das praias, esta última conduzindo algumas cidades a possuírem o seu desenvolvimento atrelado ao fenômeno turismo.

Macedo e Figueiredo (op. cit., p.63)pronunciam-se sobre a praia ser terra e, "sendo o elemento-chave do turismo, passa a ter preço, a ser fonte de riqueza". Espaços são mais ou menos valorizados e ou urbanizados em função da proximidade da praia. Há também, como apontam os autores, uma diferenciação entre as praias, sendo o critério da hierarquia dado pelo fato da estrutura da sociedade se projetar sobre elas "de tal modo que à diferenciação natural existente se sobrepõe uma valorização que tanto define como é definida pela sua ocupação por representantes de diferentes classes sociais" (idem). Esse fato igualmente conduz a uma clas-

sificação das cidades como sendo "melhores" ou "piores". A ocupação dos espaços revela uma diferenciação, simultaneamente hierarquizando as praias e seus frequentadores, sendo as categorias sociais construídas no modo como as pessoas viajam e se instalam nos locais de lazer.

Isso posto, vamos nos deter nos processos e reações envolvidos nesse tipo de turismo de massa denominado "excursão de farofeiros".

Os estudos de Magnani (op. cit.), como os de Macedo e Figueiredo (op. cit.), elucidam sobre o organizador da excursão ser um dos turistas, o qual entra em contato com uma empresa de transportes, retirando um talão de passagens com número exato para o preenchimento dos acentos do ônibus, esforçando-se para vendê-lo num período que pode levar de semanas a meses. Um trabalho artesanal envolvendo relações diretas com os componentes da excursão.

Os dois últimos autores citados chamam a atenção por essa atividade requerer planejamentos, gastos e compromissos de longo prazo, exigindo dispêndios de energias e uma certa dose de sacrifícios, obrigando o excursionista a tirar o maior proveito possível deste evento, o qual talvez não se repita tão cedo. Daí os "excessos", talvez resultado de uma expectativa de retorno de prazer tão pacientemente e trabalhosamente elaborada.

Num quadro de vida dura, cheia de sacrifícios, requerendo muita luta, a experiência do povo é marcada "por uma estranha capacidade de retirar das agruras uma perene alegria, que se projeta em esforços de, pelo menos de vez em quando, divertir-se e criar circuitos de felicidade" (Macedo e Figueiredo, op. cit., p.62).

Nesse ponto, vejo relação com a questão da "compra" do tempo de lazer, cujo retorno deve estar à altura dos gastos envolvidos, como dinheiro, energia, sacrifícios e um direito por ter trabalhado muito.

Daí um empreendimento tão "caro" para determinada camada da população, a qual opõe de maneira tão radical a diversão a um trabalho às vezes com retornos acrescentando pouco em termos de satisfação. Oposição esta muitas vezes interpretada como sendo funcionalista, devendo ser compreendida a partir da situação dos envolvidos me parecendo diferente da posição referente ao discurso sobre o lazer instrumentalizado como recuperação da força de trabalho, aumento da produtividade ou compensação de um trabalho com pouco espaço para crescimento pessoal, bastante comum como justificativa das empresas ou órgãos públicos quando "oferecem" ou administram o lazer dos trabalhadores.

Dessa forma, sinto necessidade de estar refletindo sobre a colocação de Urry (1996, p.204) referente ao desenvolvimento do turismo de massa ter constituído "um aspecto da separação entre o trabalho e o lazer, que caraterizou o desenvolvimento social no século XIX, à medida que o trabalho e o lazer acabaram sendo caracterizados por uma racionalização cada vez maior". Prossegue o autor justificando a emergência do turismo de massa, no final desse século, como mais um aspecto dessa separação. Esse turismo foi sistematizado e organizado, constituindo-se como antítese do trabalho, da instrução e do aprendizado. Aponta uma exceção exemplificada pelo *Grand Tour*, onde participavam preponderantemente os filhos dos ricos. Esse tipo de turismo, diz o autor, "não era uma atividade de lazer de que alguém participa longe do trabalho, pois aqueles que a ela se entregavam não trabalhavam". Igualmente, esclarece sobre conhecimento e instrução não estarem ausentes, uma vez consti-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> - Urry mostra como o *Grand Tour* já estava bastante estruturado no final do século XVII, atendendo os filhos da aristocracia e da pequena fidalguia e, no final do século XVIII, os filhos da classe média profissional.

tuindo-se elementos do *tour*. O autor sugere sobre o turismo contemporâneo vir assumindo em parte carcaterísticas do *Grand Tour*.

Tomando essas questões, suponho a possibilidade de pensarmos o "turismo produtivo". O que significaria uma viagem para o primeiro grupo citado aqui se comparado com o segundo? No caso dos empresários quando tivesse uma relação com os negócios da empresa, com o reforço do status (envolvendo os elementos já apontados) e no caso dos "farofeiros" uma relação muito presente com o divertir-se ou distrair-se (uma vez comprado o tempo de não-trabalho). Os primeiros se aproximam mais à lógica do rendimento, do lucro voltados para a manutenção e acumulação financeiras e os segundos à lógica da necessidade de "fazer". A diferença entre eles parece incidir no significado do que seja produtivo, ambos envolvidos pela mesma concepção de tempo.

Essa questão nos faz retornar a De Grazia (op., cit., p.272), elucidando como nas cidades urbanas industriais, especificamente nas grandes metrópoles, "uma vez paga a dívida do trabalho, o homem se diz sem dever ou obrigação alguma; pode ocupar seu tempo como lhe pareça. Porém tem que tomar uma decisão: que escolher para cada hora ou meia hora, ou quarto de hora; jogar, trabalhar, fazer tarefas caseiras, trabalhar mais?".

Temos umas regras para o emprego do tempo, diz o autor. Primeiro, devemos empregá-lo em situações que provem visivelmente o estar ocupado. Segundo, devemos fazer coisas para "melhorar", ou seja, elevar nossa posição ou de nossas propriedades, seu aspecto ou de suas qualidades para fazer dinheiro. Devemos conservar a casa em boas condições (conservar a propriedade) e tratarmos de aumentar o seu valor, melhorando-a. Não devemos nos colocar a ler tranqüilamente (atividade suspeita, ironiza o autor, já que os únicos órgãos que se movem são os olhos), senão abandonar as leituras "grosseiras" em favor dos livros instrutivos,

com informações úteis. Resume o autor: o homem deve  $1^{\circ}$ ) fazer algo e  $2^{\circ}$ ) fazer algo produtivo<sup>5</sup>.

Após essa pequena digressão, vamos prosseguir com nossos "farofeiros" em direção à praia, verificando o conteúdo dessa viagem, tentando desvelar outros elementos constitutivos.

Dentro dessas excursões um grupo organiza-se em torno de uma refeição, a qual é planejada, preparada e posteriormente consumida coletivamente. Algumas vezes é constituída a "batucada", ou seja, transporte de instrumentos musicais, compostos fundamentalmente pelos de percussão. Alguns grupos levam seus "artistas" (violeiros, sanfoneiros), muitas vezes convidados a viajarem gratuitamente, sendo suas despesas encobertas pelos restantes. Tudo isso, como demonstram Macedo e Figueiredo (op. cit., p.65) "torna as excursões autosuficientes em relação ao comércio do local para onde se dirigem". Portanto não são turistas individuais que se locomovem, mas uma coletividade "que se organiza e, em parte, se auto-administra como única forma de ampliar suas possibilidades de lazer" (idem).

Esse tipo de excursão geralmente inicia-se no sábado à noite ou menos freqüentemente na madrugada de Domingo. A partir das 4 horas da manhã já estão chegando a seu destino. Magnani (84, p.152)constatou em sua pesquisa, acompanhando uma excursão para Caraguatatuba, litoral norte do Estado de São Paulo, como às 4h30, dezenas de ônibus já estavam estacionados, concluindo sobre estar acordado a essa hora não ser propriamente uma novidade "para quem está habituado a levantar cedo

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> - De Grazia (op. cit., p. 301) nos alerta sobre estarmos permeados por uma lógica onde raramente nos permitimos momentos de interiorização atenta e conclui: "Talvez seja possível julgar a saúde de um país pela capacidade de seu povo não fazer nada - tombar-se a murmurar, deambular sem fim algum, sentar-se ou tomar um café - porque quem quer que possa não fazer nada, deixando seu pensamento voar, tem que estar em paz consigo mesmo".

para o batente de todos os dias. Prossegue, revelando não ser este o momento de "estar lembrando do emprego, nestes rápidos mas bem aproveitados instantes em que é possível fazer o que se quer, sem ordens, sem necessidade de exibir documentos", sem horários (relativamente como veremos abaixo).

As atividades de lazer disponíveis aos excursionistas acontecem na praia e nas suas imediações, particularmente nas áreas de estacionamento dos ônibus e nas barracas e bares da orla marítima.

Geralmente, na chegada, uma das primeiras providências a serem tomadas é alugar uma cabine para trocar de roupa. Mesmo ainda escuro, dizem Magnani (idem), Macedo e Figueiredo (op. cit., p.63), a praia já fervilha, sem "tempo a perder", com um programa intenso: futebol na areia, banho de mar, pescaria, caminhar pelas pedras, apreciar o movimento.

Para a grande maioria, esse não é um acontecimento único, o qual será repetido, percebendo-se um alto valor atribuído aos retornos, para os locais mais distantes e variados. Além da experiência própria, com repetições ao longo dos meses e anos, "o turista de excursão convive (durante a viagem e nos seus locais de moradia e trabalho) com outras pessoas que já foram aos mesmos e outros lugares". (Macedo e Figueiredo, op. cit., p.66)

O retorno dá-se impreterivelmente por volta das 17h. Não há como escapar à "includível realidade do trabalho que, esquecido por algum tempo, retorna estabelecendo os limites do prazer" (Magnani, op. cit., p.154).

Nesse ponto, chamarei novamente De Grazia (op. cit., p.273), o qual vem contestar a denominada liberdade, termo normalmente utilizado para adjetivar o tempo de não-trabalho. Fato este perceptível, pois as atividades recreativas não devem interferir com o trabalho, ilustrando na situação quando um trabalhador dorme mal por ter bebido demais, ou devido a alguma festa estendida até a madrugada, não devendo esses

acontecimentos constituírem-se em motivos para a ausência no trabalho. O autor é enfático ao afirmar: "As atividades recreativas estão ligadas por todos os lados ao tempo de trabalho".

Prossegue revelando sobre o "tempo livre" estar igualmente cronometrado, e neste aspecto, informa como a máquina, doadora de tempo livre, traz "uma idéia de tempo neutralizada que o faz parecer livre, e logo o encadeia a outra máquina, o relógio. Somente dizendo 'tempo livre cronometrado' desfaz-se a ilusão. O tempo cronometrado não pode ser livre (...) O tempo cronometrado requer umas atividades e umas decisões que sempre devem referir-se e sincronizar-se com a máquina e suas ramificações na cultura industrial (...) qualquer tempo livre que tenhamos, é por definição, não livre (...) O tempo que vem *uma vez* acabado o trabalho é ·livre', porém inclusive esse tempo, se o trabalho está cronometrado, está ligado a ele." (ibid., p.288)

Baudrillard (1975, pp.187-189) vem afirmar a posição sobre esse tempo não ser livre, "uma vez que se encontra regulado na sua cronometria pela abstração total do sistema de produção", sendo que as leis do sistema de produção nunca entram em férias. Quando se "tem" tempo, é porque já não é livre. O lazer apresenta um aspecto de alienação, o qual mais que diretamente relacionado à subordinação ao tempo de trabalho, "encontra-se ligado à própria impossibilidade de perder o seu tempo".

#### Atritos e conflitos

Prosseguindo, veremos como o dia na praia não decorre sem que inúmeros problemas emerjam, seja do lado dos "farofeiros", seja da população local. O turista sofre a falta de condições básicas como água potável, equipamentos sanitários, chuveiros, os quais são oferecidos por

particulares em quantidade precária e preços elevados. Ressente-se também da falta de sombra, além da falta de informação sobre o local e dos recursos que pode dispor. O ônibus no qual viajaram exerce as funções de vestuário, descanso e local para guardar comida.

Os "farofeiros" reclamam das condições mínimas de acolhimento, pelas discriminações, como pela ausência de lazer mais "movimentado", o qual pode ser traduzido não somente pela busca da quantidade de atividades, como pela quantidade de pessoas freqüentadoras das praias.

As excursões preferem desembarcar em praias habitadas e ocupadas, se possível em áreas urbanas, provocando um choque com os interesses dos moradores e turistas de temporada.

Vale aqui lembrar Urry (op. cit., p.43) quanto à observação das férias constituírem-se numa forma de consumo evidente, "no qual as atribuições de *status* são feitas na base de *onde* uma pessoa ficou e depende, em parte, *de como são as outras pessoas* que também vão para o lugar que se escolheu. Um lugar exerce certa atração, sendo localizado em certa hierarquia de opção, dependendo "de *quantas pessoas* estão no mesmo lugar, sobretudo de quantas pessoas se assemelham ao viajante".

Nesse sentido, Baudrillard (1975,p.192) igualmente vem se pronunciar quanto a quantidade de pessoas freqüentando um mesmo lugar, sendo o mar, a areia, o sol e a presença da multidão, segundo seu ponto de vista, "muito mais necessários aos veraneantes situados no fundo da escala social que às classes abastadas: questão de meios financeiros, mas sobretudo de aspirações culturais", citando Macé: "Sujeitos às férias passivas, têm necessidade do mar, do sol e da multidão para lhes proporcionar um conteúdo".

Retornando aos "farofeiros" Macedo e Figueiredo (op. cit., p.67) esclarecem como torna-se importante "reconhecer que a presença das classes populares nas praias só pode ser compreendida num sentido

mais amplo desde que se procure verificar os elos que se estabelecem entre essas e os outros segmentos da sociedade, nesse espaço específico". Assim deve ser verificado como os outros freqüentadores vêem esses grupos, bem como os moradores locais interessados na questão da freqüência às praias.

Os autores identificaram três estilos de fala correspondentes às várias imagens que se tem do "farofeiro": a fala condenatória, a fala de receio e a fala do interesse(pp. 68-69), as quais passarei a esmiuçar.

Na condenatória, são denunciados pela falta de modos, falta de respeito à propriedade alheia e falta de respeito às pessoas, onde no fundo estão presentes os "excessos" de álcool, de drogas, de gente, de sujeira, bem como a "ausência de respeito aos limites entre as esferas do público e do privado, que faz dos espaços abertos da praia e do mar, cozinha, banheiro e dormitório". O "farofeiro" é o protótipo do "excessivo", tornandose caso de polícia. Essa percepção do outro como imoral e anti-social permite "a sua construção como um inimigo potencial, e passa a ser justificadora de atitudes de expulsão, segregação ou, no mínimo, de esforços de controle" (p.68).

Na fala de receio nota-se o temor pelos "farofeiros" constituírem-se em elementos poluentes, mesmo estes não sendo "intencional ou intrinsecamente vandálicos". Poluem com a quantidade de pessoas e barulhos, visualmente com sua "feiura" e "deselegância" e com a sujeira inevitavelmente ocorrida.

Essa fala, embora não condenatória, teme serem insolúveis os problemas, apontando como solução a melhoria dos serviços de atendimento local.

Na fala do interesse, incluem-se os interesses comerciais e financeiros, numa preocupação menos imediata com problemas locais. Quanto aos comerciantes, podemos perceber três posições: os grandes comerciantes visualizando os "farofeiros" como "uma praga que espanta a sua boa clientela" (idem); os barraqueiros e ambulantes, dentre os quais uns os consideram como fonte de problemas e de prejuízo e outros fonte de lucro; os exploradores de cabines e chuveiros, para os quais a presença deles é fundamental, referindo-se com reticências aos problemas provocados por essas pessoas.

Na associação da presença dos "farofeiros" ao valor dos imóveis, os depoimentos apontaram sobre muita excursão depreciar o local. Segundo os autores envolvidos na pesquisa, "nenhuma destas falas exclui a profissão de fé democrático-igualitária 'a praia é de todos, todos têm direito" (p. 69).

A população local, em alguns segmentos demonstrou sobre a vinda de excursionistas de baixa renda não acarretar problemas. Os pobres das estâncias, excluídos e segregados, identificam-se com esses excursionistas, enfatizando o espaço como direito de todos.

Além dos interesses comerciais mais imediatos, os autores notaram uma noção de "progresso", associado à expectativa de crescimento desse turismo. Trata-se, como revelam, de uma "noção de 'progresso' diametralmente oposta à dos que concebem estas cidades como espaços de lazer pensando o desenvolvimento das estâncias de forma a privilegiar o turismo rico"(p.69).

Essa excursão representa o enfrentamento da "crônica carência de recursos para o lazer". Viabiliza para o pobre o acesso a certas experiências e regiões "antes só franqueadas aos ricos e possuidores de meios particulares de locomoção" (p.69). A forma coletiva de lazer é facilitada pelas condições de vida da classe trabalhadora, limitadoras de experiências individuais, conduzindo igualmente a uma forma de vivenciar em grupo a experiência da segregação, como também representam "um certo es-

forço de recuperar um estado de ser no mundo" (Macedo e Figueiredo, op. cit., p.70).

A agitação na praia, os momentos compartilhados, cria uma comunhão geradora de identidade, onde "a ruptura da ordem é um momento para a recuperação seguinte da mesma ordem"(idem). Porém, o potencial mobilizador dessa invasão poderá voltar-se para reivindicações mais diretas em relação aos direitos de ocupação do território praiano, estando esse fato relacionado aos "excessos daqueles que, considerando-se 'senhores das praias', abusam do seu poder de expulsar os turistas pobres para lugares mais distantes..." (ibid., p.71).

A auto-designação de "farofeiros" resultante da incorporação de uma perspectiva externa, expressa a percepção da discriminação, pois freqüentemente recusam o estigma, utilizando entre eles a categoria básica da 'turma', "visão interna a que se contrapõe a visão externa e depreciativa". (idem)

No ângulo da discriminação e da segregação configura-se um movimento social baseado na identidade "farofeira" e se o acontecimento coloca em causa, como apontam os autores "o cotidiano da subordinação, e essa é uma experiência de grupo, ela acaba necessariamente por se politizar, embora seja em princípio um movimento não-político".(idem)

Três aspectos distintos são apontados nesse movimento. Em primeiro lugar a exigência do cumprimento da lei, tendo como pressuposto o reconhecimento do direito à praia e ao lazer, pelas classes menos favorecidas. Em segundo lugar o fato dessa excursão representar potencialmente ameaças aos "direitos" dos outros turistas, os quais surgem com outras reivindicações baseadas no discurso da preservação da natureza, da defesa da ordem e dos bons costumes. Cria-se assim, dizem os autores, "um imaginário de mocinhos e bandidos que é também, um imaginário de superiores e inferiores".(idem)

Em terceiro lugar um campo de forças dá um sentido a esses enfrentamentos, onde se disputam diferentes imagens de projetos de desenvolvimento urbano, representadas por facções econômicas, sociais e políticas. Um quarto aspecto deve ser considerado o qual relaciona-se ao papel do Estado. Todos esperam a colocação deste como mediador, o qual promove soluções insatisfatórias para todos.

Sintetizando, os confrontos estabelecidos no cotidiano, esclarecem Macedo e Figueiredo (op. cit, p.72) "refletem e reproduzem outros tipos de enfrentamento, em outros níveis de estruturação da sociedade" e a "tentativa coletiva e organizada de ocupar um espaço na praia torna-se, então, parte de um processo mais global de construção de uma visão de si mesmos e do mundo"(idem).

Nos dois casos aqui tomados (elite empresarial e "farofeiros"), como base para uma discussão mais ampla em torno do lazer contemporâneo, talvez possamos realizar uma aproximação com a característica da viagem de lazer, apontada por Andrade (93, p.60), sobre esta acontecer em espacialidades e temporalidades relativamente excepcionais. Se o cotidiano rotineiro e regulado implica nas práticas repetitivas das viagens de trabalho, também existe um cotidiano alternativo, no espaço e no tempo, um cotidiano de exceção. Essa figura do cotidiano é vivida nos curtos intervalos do horário de trabalho, onde, "embora a distância temporal seja pequena em relação ao tempo de produção, permite escapadas por vezes longas quanto ao espaço percorrido e aos lugares alternativos alcançados". O autor considera os passeios e excursões dos fins-de-semana, Domingos e feriados como algumas das manifestações desta variante de viagem lúdica.

No caso dos empresários, uma vez viajando essencialmente a trabalho, como mostrou a pesquisa, o *cotidiano de exceção* surgiria no interior dessa viagem através das "esticadas" ocorridas a partir do próprio trabalho.

#### Sociedade do lazer?

Essas questões nos conduzem a uma reflexão sobre o lazer, o turismo, o trabalho e suas imbricações com aspectos mais amplos e menos diretamente relacionados (porém não menos importantes para a compreensão da questão), nas sociedades onde se inserem. Igualmente fica implícita a relação desses aspectos com a concepção dominante de tempo na sociedade industrial moderna, expresso pela linearidade, o qual não se repete, sendo objetivo, universal, irreversível, não projetável, quantitativo e dividido em unidades não elásticas e não comprimíveis. Concebido como dinheiro, portanto uma unidade tangível e valiosa, deve ser economizada, investida, conquistada e contada.

A divisão desse tempo num horário regulador do trabalho e do lazer, a abreviação dos trabalhos árduos, bem como a simplificação das tarefas, trazidas pelas máquinas, teve como consequência, explica De Grazia (op. cit., p.270), a ilusão da venda do tempo e não do trabalho.

O aumento do tempo "livre" nesse quadro, tem sua origem sempre responsabilizada pela máquina, pelos aparatos economizadores de tempo. De Grazia (ibid., p.267) vem demonstrar a existência da ilusão do aumento desse tempo. Em teoria, diz, "têm poucas coisas que impedem ao indivíduo reduzir seu tempo de trabalho, e este segue trabalhando. Faz horas extrordinárias, trabalhos suplementares, porque necessita coisas. Essas coisas que necessita devem ser compradas. E assim segue o círculo de coisas que custam dinheiro, que custam trabalho, que custam tempo".6

<sup>6 -</sup> De Grazia (op. cit., p.73) realizou um pesquisa de sondagem nos EUA, por volta de 1961, na qual constatou o não aumento do tempo livre e escreve: "Desde 1850 o tempo livre não tem aumentado sensivelmente. É maior quando comparado com os dias do manchesterismo e da feroz exploração em Nova York. Se nos colocarmos ao lado da Grécia rural moderna ou da Grécia antiga, ou da Europa medieval e Roma antiga, o tempo livre de hoje sofre muito e o lazer muito mais".

Seguindo outro foco de análise, Lefebvre (1991, p.60) igualmente demonstra o não aumento do tempo "livre", através de uma classificação do tempo em três categorias, ou seja, o tempo obrigatório (do trabalho profissional), o tempo livre (dos lazeres), o tempo imposto (das exigências do trabalho – transportes, trajetos, formalidades, etc.). Esclarece sobre o tempo imposto ter ganho terreno, com maior aumento se comparado ao tempo dos lazeres. Para esse autor, "o não-trabalho contém o futuro e é o horizonte, mas a transição se anuncia longa, confusa e perigosa. Somente uma automatização integral da produção tornaria possível a sociedade dos lazeres" (p.61). Para ele o lazer "não é mais a Festa ou a recompensa do labor, também não é ainda a atividade livre que se exerce para si mesma. É o espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo". (p.62)

Observa-se que Lefebvre responsabiliza a máquina pelo aumento do tempo "livre" e, igualmente, não põe em causa o tipo de trabalho realizado nas sociedades urbanas industriais. Em conseqüência, não trata da dimensão lúdica do trabalho, a qual perdeu terreno ao longo da industrialização, e se compusesse com o tempo um todo, talvez amenizasse a oposição entre lazer e trabalho. A questão portanto, não se limita no tempo de trabalho, devendo voltar-se para a forma e conteúdo desse trabalho. Mesmo porque a automação não está aumentando o tempo "livre", mas o desemprego.

Nessa discussão, Urry (op. cit., pp.204-205) vem argumentar sobre uma proporção substancial da população gozar de "períodos de lazer cada vez mais prolongados, distantes do trabalho remunerado", isso, muitas vezes descrito "como um tempo mais extenso de "lazer". Para muitas pessoas, escreve o autor, "existe mais tempo disponível, fora do trabalho remunerado, devido ao aumento de férias pagas para os trabalhadores, a uma proporção cada vez maior de aposentados, ao alto número de pessoas desempregadas ou subempregadas e à proporção, que cada vez

cresce mais, de pessoas que exercem um trabalho em turno parcial, particularmente as mulheres". Esclarece sobre atualmente o trabalho e "sua ausência" serem mais variáveis e flexíveis concluindo não precisarem as férias "oferecer um contraste tão dramático com o trabalho remunerado, a exemplo do que acontecia anteriormente", sendo que "boa parte do turismo está se interconectando mais intimamente com a educação".

Para Urry, qualquer tempo fora do trabalho remunerado parece constituir-se em lazer, mesmo o tempo dos desempregados, o tempo dos aposentados. Porém, se alguns conceituam o tempo "livre" como aquele existente após terminado o trabalho, como explicar a situação desses grupos?

O autor atribui o aumento do lazer à diminuição das horas de trabalho, ou trabalhos em tempo parcial. Resta saber se as pessoas estão realmente usufruindo de mais horas no tempo disponível, ou por conta da diminuição, assumindo mais horas extras, ou duplicando e até triplicando trabalhos. Se formos pela lógica da produtividade, a qual gera necessidades, como aponta De Grazia, acho duvidoso estarem abnegando do tempo com possibilidades para aumentar o rendimento.

Por outro lado, mostra como o turismo está se interconectando com a educação. Seguindo as regras para o tempo "livre" reveladas por De Grazia, ou seja, primeiro devemos fazer algo e segundo devemos fazer algo produtivo, justificam-se as "férias educativas" exemplificadas pelo autor, em vários hotéis, os quais têm uma programação intensa, geralmente absorvendo os hóspedes em tempo integral, como é conhecido. Entre os muitos temas que podem ser estudados, diz Urry (op. cit., p. 205), "incluem-se arte e antigüidades, o jogo de *bridge*, a técnica da aquarela, o manejo da arco e flecha, a caça ao pombo, peixes-voadores, o golfe e passeios a cavalo".

É interessante como Thompson (op. cit., p. 82) e De Grazia propõem alternativas para esse estado de coisas, permeadas pela noção de ociosidade. Thompson sugere a alteração no consumo do tempo para capacidade de inovação dos homens, a qual deveria se voltar para relações que buscassem a quebra das barreiras entre o trabalho e a vida. Isso implicaria numa noção de tempo útil menos compulsiva, num modo particular de preencher "os interstícios dos seus dias com relações mais pessoais e sociais mais ricas, mais repousantes". Para isso, diz ele, temos que encontrar uma nova síntese, "não baseada nas estações do ano ou nas exigências do mercado, mas fundamentada nos interesses humanos".

De Grazia (op. cit., p.290) sugere a reconstrução de nossos conceitos básico de tempo. Caso isso não ocorra, diz, permanece inútil a busca por alívio nos aparatos economizadores de tempo, finalizando: "Para transformar o chumbo do tempo livre no ouro do lazer, temos que nos livrar do relógio. Este é um começo".

Encerro aqui na perspectiva de não concluir idéias, mas prosseguir caminhando nessas reflexões, as quais voltam-se para um cotidiano revestido de valores, crenças, requisições e posturas, apontando possibilidades para repensarmos as relações entre trabalho e lazer (onde o turismo recebeu destaque aqui). Para isso necessitamos de uma pausa, ou comumente se ouve, "de dar um tempo", para a reorganização das idéias. Exercício complicado se continuarmos a nos pautar pela convicção do "tempo ser dinheiro".

#### Bibliografia

- ANDRADE, Pedro de. "Sociologia da viagem: o quotidiano e os seus intertrajectos". Revista Crítica de Ciências Sociais no. 37, 1993.
- BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa, Edições 70, 1975.
- DE GRAZIA, Sebastian. *Tiempo, Trabajo y ocio*. Madrid, Editorial Tecnos, 1966.
- FORJAZ, Maria Cecília S.. "Lazer e consumo cultural das elites". Revista Brasileira de Ciências Sociais, no. 6 vol., 3, 1988.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 27/04/1997, Truques ajudam executivo a esticar dia.
- LEFEBVRE, HENRI. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo, Ática, 1991
- MACEDO, Carmen Cinira de A. e FIGUEIREDO, Luis C. M. "Domingo na praia a dimensão simbólica do lazer popular". Revista Reflexão, ano XI no. 35, 1986.
- MAGNANI, José G. C.. Festa no pedaço-cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- SANT'ANNA, Denise B. de. *História e lazer: o prazer justificado*. São Paulo, Ed. Marco Zero/CNPq, 1994.
- THOMPSON, E. P. "O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial". In: TOMAZ, Tadeu da S. *Educação e prática social*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.
- URRY, John. O olhar do turista lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo, SESC/ Nobel, 1996.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Pioneira, 1967.



# Sombras sobre o reino tropical de Dionísio: população, meio ambiente e urbanização turística no litoral do RN

#### EDMILSON LOPES JÚNIOR

O desenvolvimento da urbanização turística no litoral nordestino tem implicado a emergência de novos e dramáticos processos socioambientais. O deslocamento e a concentração da população sobre determinados ambientes tem se traduzido não apenas em uma aceleração da degradação ambiental no meio ambiente costeiro, mas na potencialização de novos conflitos políticos e sociais. Essa situação conspira contra a produção social dessa parte do litoral brasileiro como o "reino tropical de Dionísio". A apropriação espacial expressa por essa urbanização turística tem produzido enclaves no litoral nordestino e exacerbado a tradicional dualização social que marca a região, com o aumento da distância social entre "privilegiados" e "insustentáveis ambientais".

O presente texto tem por objetivo explorar os novos processos socioambientais impulsionados pelo desenvolvimento da atividade turística na faixa litorânea da região urbana polarizada pela cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Trata-se de apreender os impactos do deslocamento

Professor do Departamento de Ciências Sociais e Política da FURRN e aluno do Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP.

e da concentração populacional sobre ambientes determinados. Para tanto, busca-se explicitar os cenários e dramas socioambientais da urbanização turística que vem ocorrendo nos últimos anos na região.

Este trabalho inscreve-se numa preocupação maior que é apreender as tramas da emergência de uma nova forma urbana no litoral nordestino e os contornos socioambientais de um processo de pósmodernização alicerçado no consumo dos lugares e na produção de lugares de consumo. Tomando essa preocupação como ponto de partida, estamos nos propondo a investigar as seguintes questões: quais os contornos concretos e os impactos da construção social do litoral nordestino como uma espécie de "reino tropical de Dioniso", território por excelência da produção dos "espaços de desordem ordenada" (Featherstone, 1995) do Brasil atual? Que novos problemas socioambientais emergem nessa nova forma urbana?

Do ponto de vista teórico, o presente trabalho se propõe a romper com duas práticas que têm se constituído quase como uma tradição da análise sociológica das questões ambientais urbanas: de um lado, a oposição entre o meio ambiente construído e a "natureza" e, de outro, na tradução para análise social do lugar-comum do jornalismo de que "toda notícia é uma notícia ruim".

No primeiro caso, incorre-se em três graves desvios de rota que empobrecem fortemente a análise sociológica da problemática ambiental urbana:

- a) naturaliza-se a oposição binária que marca as grandes narrativas da modernidade, como entre moderno e tradicional, rural e urbano, público e privado, etc.;
- b) desconsidera-se o fato que a "natureza" é sempre histórica e geograficamente construída, portanto, precariamente contingente;

c) esquece-se que a cidade é parte da natureza e como tal necessita ser reconhecida (Spirn, 1995, p. 21), na sua diversidade cultural e biológica onde, produz-se graves "crises ambientais", mas constroe-se também integrações positivas do habitat humano com a natureza.

No segundo caso, a preferência pela explicitação dos dados negativos, assume-se a secundarização da produção de propostas afirmativas de atitudes e valores ambientais. Deixa-se de levar em conta a capacidade de reação e adaptação da sociedade, como Hogan (1995, p. 23) nos chama a atenção.

Antes de prosseguirmos, explicitaremos rapidamente o nosso entendimento da imbricação turismo e meio ambiente. Trata-se de algo importante para situar o pano de fundo mais geral da nossa elaboração.

#### Turismo e Meio Ambiente

O barateamento dos custos de viagens tem proporcionado uma saudável democratização do turismo. São milhões que se deslocam agora pelo mundo, consumindo lugares, adquirindo e impondo novos hábitos, potencializando conflitos, mas também implodindo outros. A entrada no mercado de novos contingentes de turistas, oriundos da classe média baixa, tem produzido, como era de se esperar, um aborrecimento dos tradicionais viajantes que têm, agora, de mudar seus roteiros de viagem para não serem confundidos com os alegres visitantes de Miami e da Disney. Mas as implicações do crescimento do consumo turístico vão muito além desse processo de distinção social, que por si só contribui para a diversificação e complexificação da atividade turística, abrindo não só novos lugares de visitação, mas também diversificando os produtos turísticos (do turismo étnico ao ecoturismo, passando pelo turismo cultural).

Mais do que qualquer outro área do consumo, a atividade turística implica um alargamento de percepções. Também aqui estende-se uma nova esfera de reflexividade social. Se o deslocamento territorial por si só tem implicações profundas na construção da personalidade, a prática turística incorporada ao consumo estético das paisagens pode produzir não só novas identidades e estilos de vida, mas também atitudes e ações sociais. É o caso em que os turistas impõe, pela necessidade do consumo da natureza, uma relação mais equilibrada com o meio ambiente.

O processo de globalização tem impactado profundamente a prática turística. Ele tem significado, segundo Urry (1996), a uma antes inimaginada socialização da prática do grand tour, inicialmente uma viagem de iniciação ao redor dos centros culturais do mundo exercitada por jovens aristocratas ingleses. John Urry, que tem se dedicado a pensar os impactos da globalização na atividade turística, tem apontado como o desenvolvimento da atividade contribui para a destradicionalização das sociedade. Assim, embora seja verdadeiro que o turismo contribua para a produção de novas hierarquias, especialmente aquela que opõe visitantes de países desenvolvidos a países pobres, derivando-se em patologias sociais como o turismo sexual, não deixa de ser verdadeiro que ele contribui positivamente para a produção de posturas questionadoras em relação às estruturas tradicionais de poder, as relações patriarcais por exemplo, e pode suscitar ações e atitudes positivas em relação ao meio ambiente.

# População e meio ambiente no litoral no Rio Grande do Norte

O crescimento demográfico brasileiro tem sido, nas duas últimas décadas, essencialmente urbano. A rápida transformação da sociedade brasileira em sociedade urbana ocorreu em pouco mais de três décadas. O censo de 1991 apontava que 75% da população ou 110 milhões de habitantes estavam vivendo em núcleos urbanos. Os números da população urbana impressionam: 18 milhões em 1960; 31 milhões em 1960; 52 milhões em 1970; 82 milhões em 1980 e a cifra acima mencionada na proximidade do final do século (IBGE, 1992).

O Nordeste, essa construção histórica e geográfica que busca tornar em "congelação metonimíca" (Appadurai, 1989) — isto é, numa marca identitária do "outro" arbitrariamente construída — um heterogêneo conglomerado de pólos regionais, algumas vezes mais globalizados que regionalizados ou nacionalizados, assumiu um perfil parecido com o restante do país no que diz respeito ao processo de urbanização. É necessário, no entanto, ressalvar as distinções entre os estados pois, apontam, se não tendências, ao menos velocidades distintas no processo de urbanização. Assim, encontra-se na região, segundo o censo de 1991, o estado brasileiro como menor índice de urbanização (o Maranhão, com 40,01%) e estados como Pernambuco e Rio Grande do Norte, onde o nível de urbanização alcança 70,85% e 69,10% respectivamente (Martine, 1995, p. 72).

No Rio Grande do Norte, em que pese a sua singular distribuição político-administrativo, que faz com que um dos menores estados da região nordeste tenha, proporcionalmente, o maior número de municípios (162), os dados do censo apontam que o crescimento da participação de Natal no conjunto da população total do Estado retornou aos índices anteriores a década de 70. Se em 1980, o censo apontara que a taxa de participação da capital no conjunto da população do Estado saltara de 16,4% para 22%, em 1991 essa participação chega a 25%. Um dado que, se por um lado, significa o crescimento da participação da capital no conjunto da população do Estado, por outro, aponta para a desaceleração desse ritmo de crescimento.

O processo de industrialização induzida, a expansão da construção civil com a urbanização da zona norte de Natal, a instalação da Petrobrás, além do crescimento das instalações militares, explicam, em parte a excepcionalidade do crescimento da cidade nos anos setenta. De outro lado, esse é um processo cuja dinâmica não pode ser explicada local ou regionalmente e integra-se a dinâmica populacional brasileira das duas últimas décadas, devendo-se levar em conta também significativos processos sócio-culturais, dentre eles o crescimento da demanda por regulação da fecundidade, o novo formato que vem adquirindo a família no Brasil e as mudanças econômicas, como o colapso do modelo de substituição de importações e a redefinição espacial do crescimento econômico no país.

No Rio Grande do Norte, a expansão da fruticultura de exportação no Vale do Açu e o desenvolvimento das atividades de prospecção de petróleo no oeste do Estado, além do colapso da industrialização induzida dos anos setenta, foram fatores que contribuíram para a contenção do fluxo migratório em relação a capital. Essa retenção migratória interiorana implicou no crescimento urbano de cidades como Mossoró e Açu, cuja expressão dramática tem sido a favelização dessas cidades.

A dança dos números e a vertigem dos levantamentos estatísticos traduzem palidamente, no entanto, os contornos econômicos, culturais e socioambientais desse crescimento de "apenas" 3% da participação de Natal no conjunto da população do Rio Grande do Norte nos anos 80. Não podemos esquecer que esse percentual significou o salto de 416.898 habitantes em 1980 para 606.681, em 1991, o que fez de Natal uma das 25 cidades brasileiras com mais de 500 mil habitantes apontadas pelo censo de 1991.

O crescimento de Natal expressa toda a dimensão caótica da produção do espaço urbano no Brasil. Alicerçada historicamente no adensamento da zona litorânea, a urbanização brasileira superdimensionou os problemas ambientais urbanos dado a conhecida vulnerabilidade dos ecossistemas costeiros. No Rio Grande do Norte, esse adensamento litorâneo, polarizado por Natal, tem significado, como veremos mais adiante, não só uma maior conflitividade social da apropriação espacial, como a produção de potenciais cenários de riscos num futuro não tão distante.

O modelo cultural dessa urbanização litorânea encontra na casa de veraneio seu mais perfeito ícone. O consumo ostentório dos lugares que marca a forma brasileira de litoralização tem se traduzido, no Rio Grande do Norte, na anárquica ocupação do litoral sul. Seguindo a Rodovia do Sol, a devoração das paisagens tem suplantado muitas lógicas, inclusive as do mercado. Falsificação de títulos de propriedade, ocupação de terrenos da Marinha, invasão de reservas ambientais e loteamento de terrenos em lagoas não são exceções, mas as regras oficiosas do mercado imobiliário local.

Uma singularidade da urbanização do litoral do Rio Grande do Norte é que a grande maioria das sedes dos municípios situam-se no continente e não junto as praias. Essa situação aumenta a dificuldade de identificação dos moradores das praias com os moradores das sedes dos municípios e potencializa conflitos sociais e políticos importantes. As praias tornam-se cada vez mais enclaves territoriais das classes médias natalenses e de outras partes do país e do mundo. Os moradores das partes restantes dos municípios, mais distantes do litoral, têm atividades econômicas, sociais e culturais distintas daquelas que se desenvolvem nas praias. Esse que sempre foi um traço distintivo da relação do "continente" com a "costa" acentuou-se nos últimos anos com a urbanização turística das praias.

Os moradores do continente, envolvidos em atividades econômicas como a agricultura de subsistência e enredados em relações sociais e políticas marcadas pelo clientelismo, decidem as eleições locais. Essa si-

tuação diminui os compromissos dos prefeitos com os moradores das praias e torna a relação entre os dois lados mais aberta à barganha e à corrupção. Empresas imobiliárias, hotéis, restaurantes e bares próximos situados nas praias desconsideram a prefeitura e constituem canais próprios, sendo exemplar a forte Associação dos Comerciantes e Hoteleiros da Praia de Pipa, que impôs ao prefeito eleito do município ao qual a praia pertence (Tibau do Sul), as reivindicações do "povo da praia de Pipa".

Os prefeitos, sem maiores compromissos com as praias, multiplicam as intervenções predadoras e irresponsáveis. Se não produzem infraestruturas, as prefeituras são indústrias de aforamentos e licenciamento para loteamentos irregulares. A corrupção é tanta que tem escandalizado até o inabalável TCE e alguns municípios litorâneos já instituíram a tradição de que nenhum prefeito eleito consegue terminar o seu mandato.

No início de 1996, o titular da Delegacia do Patrimônio da União previa um recorde de invasões de áreas da união¹. O motivo: a proximidade das eleições municipais. No litoral, onde novos municípios surgiram para alargar as bases dos deputados da região, cada nova eleição é uma oportunidade para garantir a legalização de ocupações clandestinas e a construção de infra-estruturas mínimas que legitimem e tornem irreversíveis tais ocupações. Dunas e parcelas da orla (pertencentes a Marinha) são as áreas preferidas.

O consumo ostentório do espaço, essa marca de distinção das classes médias, apontada por Bourdieu (1993), transforma-se em incontrolável compulsão para os donos de casas de veraneio em Ponta Negra, Pirangi, Búzios ou Barra de Tabatinga. Envolvidos compulsivamente na devoração da paisagem, eles estão acelerando o processo de saturamento

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Cf. Tribuna do Norte, 12/03/95, pp. 12 e 13.

do litoral sul. Ao invadirem áreas públicas e construírem irregularmente estão se tornando, eles próprios, vítimas de sua apropriação espacial: as construções irregulares impediram a construção da Rota do Sol em muitas lugares e está tornando completamente inviável a sua continuidade.

O aumento do número de automóveis que trafegam pela praias do litoral sul tem se constituído num sério fator de aceleramento da saturação desses lugares. As tardes dos finais de semana transformam a volta para Natal numa miniatura local da tragicômica "subida do litoral" pela Imigrantes ou Anchieta em São Paulo.

O aumento da freqüência das praias tem feito com que os seus moradores e muitos turistas de final de semana provoquem um novo redirecionamento no consumo do lugares no litoral oriental² do Rio Grande do Norte. Nessa parte do litoral, que inclui Natal, constituído por duas unidades de relevo razoavelmente imbricadas, a planície costeira e os vales costeiros, distingue-se da outra (litoral setentrional) pela existência de vestígios de mata atlântica e pela singularidade da sua hidrogeologia. Esse singular formação geológica propiciou o surgimento de 20 lagoas, consideradas médias e grandes para os padrões nordestinos. É para essas lagoas que dirige-se agora a volúpia devoradora de paisagens no litoral norte-rio-grandense.

Embora esse não seja um roteiro atrativo para os turistas que vêm do sul do país, tem se constituído num roteiro alternativo para os moradores locais, especialmente os proprietários de automóveis. Para evitar o congestionamento das praias nos finais de semana, muitos moradores das mesmas, dirigem-se para lagoas como Alcaçus, Pium, Urubu,

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Os estudos geo-ecológicos estabeleceram um sub-divisão do litoral norte riograndense em litoral setentrional e litoral oriental. O litoral oriental é limitado, ao norte, pelo município de Maxaranguape e, ao sul, pela divisa com o estado da Paraíba. Já o litoral setentrional vai de Touros, na esquina do Atlântico, até a divisa com o estado do Ceará.

Extremoz, para não citar a lagoa de Genipabu, enquadrado aos roteiros turísticos pelas viagens de bugues e a proximidade com a praia do mesmo nome, e a lagoa do Bonfim, cuja proximidade com a BR-101 e a grande presença de clubes recreativos, transformaram-na num dos balneários mais freqüentados do Estado. Essa lagoas com raras exceções, ligam-se às rodovias mais importantes por precárias estradas carroçáveis, o que torna quase inviável a sua freqüência no período chuvoso. Exceção feita para os proprietários de bugue.

Mas na medida em que o consumo desses lugares tem feito florescer lugares de consumo, e chamado a atenção da especulação imobiliária e dos promotores turísticos³, multiplicam-se as pressões por ligações asfálticas. A degradação ambiental das lagoas do litoral sul, junto com a destruição dos manguezais no litoral setentrional, traduzem riscos ambientais potencialmente mais desastrosos até do que a ocupação bárbara da orla marítima.

O crescimento do consumo desses lugares tem implicado no surgimento de conflitos relacionados aos usos das lagoas. De um lado, os que buscam a sua apropriação espacial para o lazer, de outro, os que a concebem como espaço destinado a pesca e a agricultura de subsistência. Os jet-skis em velocidade na pequena lagoa de Alcaçus ou a grande presença de bugues nas margens da lagoa do Urubu, não deixa, ao visitante, nenhuma dúvida sobre qual das duas modalidades de apropriação espacial será imposta sobre esse frágil ecossistema.

Se privilegiamos a análise do litoral oriental isso deve-se ao fato de ser nessa parte do litoral norte-rio-grandense que concentram-se a maior parte da infra-estrutura urbana, dos serviços, da população e das atividades econômicas relacionadas com o turismo. O litoral setentrional

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> O Guia de Praias Quatro Rodas na sua edição de 1997 já inclui as lagoas como parte do roteiro turístico no litoral do Rio Grande do Norte.

vivencia uma outra problemática socioambiental. Nele, a indústria salineira e a exploração petrolífera têm se constituído nas duas principais ameaças ao meio ambiente. A dramaticidade da degradação ambiental no litoral setentrional pode ser melhor apreendida se se levar em conta que situam-se aí 4.000 das 6.720 hectares de manguezais preservados do Rio Grande do Norte.

#### O tempo ecológico e o passado ficcional

Se a natureza é sempre histórica e geograficamente contingente, como apontamos no início desse capítulo, proposição que encontra apoio nas elaboração de autores como Scott Lash, John Urry, Anthony Giddens, Doreen Massey e Simon Shama, a construção de Natal como lugar apoiou-se sempre na produção de uma história quase ficcional de sua natureza. Sendo essa construção apropriada atualmente como elemento da política de marketing place ou city marketing engendrada pelo desenvolvimento do turismo.

O fato de o principal historiador da cidade ter sido também um dos grandes folcloristas nacionais (Luís da Câmara Cascudo) pode ter contribuído para a exacerbação da dimensão ficcional da história local, especialmente no que toca a uma certa erotização das dunas, lagoas e praias. Dimensão essa que é entusiasticamente apropriada pela folheteria das agências turísticas.

No clássico *História da Cidade de Natal*, Câmara Cascudo registra, em parágrafo rebuscado, a singular geologia da cidade:

"Em toda franja litorânea, cenozóica, dir-se-á, fazendo poesia velha, que Natal é uma flor do cretáceo num jardim do pliocênio. Ou ilha num lago. O rio Potengi divide, curiosamente, a fronteira dessas duas pátrias geológicas. A margem direita até o mar e envolvendo a projeção acompanhando pouco depois de Ponta Negra, é o cretáceo, segunda fase dos terrenos secundários, quando se arrastava o Iguanodonte, com seus doze metros de mole corpanzil e, de todo Rio Grande do Norte, havia apenas uma faixa, a partir de São Gonçalo (Felipe Camarão), vale do Ceará-Mirim, Baixa Verde, um terçomédio do Assu (incluindo as lagoas) abrindo-se quase em leque para o chapadão do Apodi, compreendendo, para o norte, quase todo Mossoró. O pliocênio é a orla das praias e mesmo além, camada da segunda e última estação terciária, quando a França estava unida à Inglaterra, não existia Gibraltar e vivia, em Java, o Pitecantropos Erectus, falso avô de fama apagada" Cascudo, 1949, p. 90).

O desejo de abarcar a história ecológica da área na qual está assentada a cidade de Natal, no entanto, não foi muito além dessa majestosa exploração inicial de Câmara Cascudo. Os trabalhos históricos posteriores ignoraram a dimensão ambiental. Enquanto isso os estudos biofísicos, marcados pela fragmentação, à exceção daqueles desenvolvidos por alguns professores de hidrogeologia da UFRN, pouco ajudam no entendimento das manifestações da história ecológica local.

Se a nossa memória histórica é, como diz Davis (1995), simplesmente curta para pensar os ritmos do tempo ecológico, em paisagens como as de Natal, onde a intensa movimentação dos solos por si só conspira contra a apreensão das marcas dos processos ambientais passados, acontece um superdimensioanamento da alienação do meio ambiente produzida pelo asfalto e pela tecnologia. Assim, quando o milenar movimento de solos que levou a formação do Grupo Barreiras, a singular unidade geológica da região que estende-se até a Paraíba e é responsável pela constituição do Aqüífero Barreiras, o propalado e descuidado "mar

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Estamos tomando como referência o posicionamento de Deleage & Hamery (1989) que afirmam a existência de um tempo ecológico ao lado do tempo econômico, social e cultural.

subterrâneo" do Litoral Oriental, foi bruscamente alterado pela construção de uma avenida (a Prudente de Morais) que, cortando dunas (as captadoras de água para o aqüífero) e tabuleiros, impôs o automóvel sobre a paisagem poucos vozes relacionaram a intervenção do homem como ameaçadora do seu próprio futuro na região.

Para uma cidade que capta de seus lençóis subterrâneos (sublinhe-se Aqüífero Barreiras) em torno de 74% de sua água (Melo, 1995), o esquecimento de sua singular história ecológica é mais que uma falta de educação ambiental. É uma atitude potencialmente suicida. Isso sem levarmos em conta que a "cidade deu as costas a seu rio", como diz o vereador Fernando Mineiro, responsável, no início da década, pela campanha "S.O.S. Potengi". No Potengi é jogado, in natura, uma parte considerável do esgoto que é recolhido na cidade de Natal, além de resíduos de indústrias têxteis, de couro e do Frigonat (a empresa frigorífica municipal).

Essa realidade aponta para a base precária sobre a qual se ergue a construção social de Natal como cidade do prazer. A sensualização da natureza, traduzida nos discursos das agências de viagens e das reportagens "turísticas" de jornais e revistas (locais e nacionais), pode ser num futuro não muito distante, deslocada pelos dramas socioambientais derivados de um modelo cultural que sustenta a apropriação do meio ambiente local na mais completa desconsideração pelo futuro mediato.

# Insustentáveis e privilegiados ambientais em Natal

A realização da Habitat 2 (Conferência de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas), realizada em Istambul (Turquia), entre 03 e 14 de julho de 1996, realçou a posição de pesquisadores e atores sociais que afirmam localizar-se nas cidades, particularmente nas cidades do terceiro-mundo, as crises ambientais mais sérias que agravarão o planeta no próximo milênio. A Habitat 2, a última conferência realizada pela ONU no milênio, significou a colocação na pauta de discussões ambientais internacionais os problemas derivados da insustentabilidade ambiental das cidades do terceiro mundo.

As forças políticas progressistas do Sul e do Norte conseguiram traduzir na conferência a guinada que começara na Rio-92: a superação da lógica do "Malthus com computador" que caracterizou o chamado "Relatório do Clube de Roma", em 1972. A narrativa que jogava a responsabilidade do agravamento da crise ambiental global sobre os ombros de toda a humanidade indistintamente e tratava apocalipticamente o crescimento demográfico, foi sendo, penosamente diga-se de passagem, deslocada por uma outra que procura vincular a problemática ambiental com modelos de produção e consumo, com as diferenças de gênero na apropriação da natureza, com a defesa da justiça social e da melhoria das posições sociais das mulheres.

Se a responsabilidade pela destruição da natureza não pode ser generalizada de forma indiscriminada, dado que as sociedade envolvemse de forma bastante diferenciada na degradação ambiental global e suas intervenções implicam em níveis diferenciados de impactos ambientais, dentro das cidades nos países do terceiro mundo, a degradação ambiental é vivenciada diferentemente pelos diversos grupos e classes sociais. Não se trata somente das condições ambientais do locais de trabalho a que os

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Devendo-se ressaltar a esse respeito o papel extremamente positivo das colocações das pesquisadoras identificadas com o ecofeminismo. Elas que têm demonstrado como o modelo cultural de apropriação da natureza baseada na sua degradação é próximo do modelo que embasa a dominação masculina. Ver a respeito Shiva (1988) e Plumwood (1993).

trabalhadores estão sujeitos em fábricas com tecnologias "sujas", mas o acesso a recursos essenciais como a água potável.

Essa situação, que expressa-se a nível mundial na transição de uma sociedade industrial (ou pós-industrial) para uma "sociedade do risco", onde o que passa a estruturar os conflitos sociais é menos a distribuição dos recursos e muito mais a distribuição dos riscos, traduz-se em cada cidade ou região nas lutas concretas em torno da localização dos depósitos de lixo e nos muitos enfrentamentos cujo emblema é "não no meu quintal".

Em Natal, a distância entre "insustentáveis" e "privilegiados ambientais" (Olpadwala & Goldsmith, 1992) é superdimensionada pela singular geografia da cidade. Situada entre dunas, lagoas e os mangues que seguem o estuário do rio Potengi, o drama da ausência de saneamento básico transforma a maior parte dos moradores da cidade em participantes da "população em área de risco" (Torres & Cunha, 1994, p. 399).

Com o saneamento básico cobrindo apenas 20% da cidade, a utilização indiscriminada de fossas e sumidouros começa a comprometer depósitos do lençol freático (superficial) que começa a apresentar "elevados índices de contaminação e impropriedade para o uso da população" (Mineiro, 1992, p. 149). Em importante pesquisa realizada sobre a contaminação das águas subterrâneas de Natal, o professor de geologia da UFRN José Geraldo de Melo chegou a preocupante constatação de que o "o principal tipo de contaminante envolvido é o nitrato, resultante da biodegradação dos excrementos humanos" (Melo, 1995, p. 100).

A singular geologia da cidade, caracterizada pela alta capacidade de filtragem da água, fez com que, em estudo realizado, ainda no longínquo 1982, o IPT constatasse que a água de diversos poços domésticos es-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> O principal responsável pela introdução do conceito de sociedade de risco tem sido o cientistas social alemão Ulrick Beck. Ver a respeito Beck (1992; 1993; 1995 e 1996).

tavam afetados por teores de nitrato acima do limite estabelecido pela OMS (45 mg/l). A Acqua-plan (1988) e Figueredo (1990) colocaram dados novos e mais preocupantes nesse quadro: a contaminação por nitrato espraiara-se, no final da década, para poços situadas em toda a cidade e já afetava gravemente as unidade pertencentes ao Sistema Público de Abastecimento.

A empresa estatal que cuida do abastecimento da cidade, a CAERN, somente criou um sistema de monitoramento das águas de Natal em 1986. Os relatórios são segredos de estado, mas sabe-se que num deles, de agosto de 1994, um dos principais reservatórios da cidade apresentava águas com contaminação de 48,82 mg/l de teores de nitrato. Tal reservatório é exatamente aquele que recebe as águas dos poços situados nos sítios dunares de Candelária e Cidade Satélite, o primeiro um bairro de classe média e alta e o segundo, um bairro popular.

A democratização dos riscos de enfermidade pelo consumo de água contaminada é apenas aparente. Os privilegiados ambientais de Natal consomem água mineral. Os "insustentáveis ambientais" pagam o preço da contaminação das águas. As crianças em idade de 0 a 6 meses das classes populares são afetadas pela *metahemoglobinemia*, uma enfermidade que provoca a anoxia celular (privação de oxigênio), podendo levar até a morte. Uma conseqüência de médio e longo prazo, assinalada por médicos locais, mas que não pode ser devidamente aferida pela ausência de qualquer levantamento estatístico, diz respeito ao desenvolvimento de câncer gástrico, motivado pela ingestão de água com grande quantidade de nitrato.

Em 1995, 200 mil natalenses sobreviviam em favelas ou submoradias, segundo levantamento feito pelo Idec. Essa a base social dos "insustentáveis ambientais" locais. Imersos na perversa lógica que une pobreza com degradação ambiental, eles são os mais vulneráveis diante dos problemas da contaminação das águas, do acúmulo de lixo sobre as

A ecologia do prazer embala os pesadelos dessa população. As muitas lagoas que surgem espontaneamente nos terrenos baldios ou irrompem em meio a construções, como aconteceu em 1996 no loteamento José Sarney, complementam as paisagens em que vivem.

No caso da Lagoa surgida no loteamento (e favela) José Sarney há um impressionante registro feito por um dos jornais locais, que vale a pena ser transcrito:

"A comunidade do Loteamento José Sarney continua a ter problemas mesmo com o esvaziamento da lagoa. As enchentes que inundaram casas e desabrigou famílias se forma com o escoamento da água através da utilização de seis bombas, restam o cenário desolador de lama por toda extensão e o que é pior, o fim dos peixes, uma das principais fontes de alimentação da população. Aqueles que possuem terreno invadido pela lagoa, também têm dúvidas quanto a devolução do seu patrimônio.

Com muita pressa, os homens aproveitam as últimas poças de água para retirar os peixes pequenos que ainda sobrevivem. Toda sujeira que se acumula nos três hectares da lagoa José Sarney é uma ameaça as muitas crianças que brincam nas redondezas".

Onde as lagoas já foram incorporadas ao meio ambiente construído há mais tempo, como aquelas situadas em Neópolis, Pirangi, Nova Descoberta, na zona sul ou Pajuçara, na zona norte, as ligações de esgotos clandestinos transformam-nas em cloacas a céu aberto. Essa perversão ambiental praticada por pessoas de todos os grupos sociais (especialmente por aqueles que podem construir ligações com as lagoas) tem como conseqüência a socialização das nuvens de pernilongos pelos mais diversos bairros da cidade.

<sup>7</sup> Diário de Natal, 27/07/96, p. 09.

Os riscos ambientais não são, porém, totalmente socializados. Dado que o saneamento básico atinge apenas 20% das residências de Natal e as fossas e sumidouros são uma instituição da cidade, o problema do que fazer com os resíduos recolhidos das fossas é uma das questões ambientais mais graves da cidade. O poder público local tem optado pela "solução do mercado", como afirma ironicamente o vereador Fernando Mineiro. Isso significa deixar ao bel-prazer das empresas limpadoras, uma das mais florescentes indústrias de serviços de Natal, a responsabilidade sobre o destino dado ao indesejável material recolhido.

Somente após denúncias na imprensa dando conta da prática de transformação de lagoas como depósitos é que a prefeitura e o governo do Estado indicaram alguns locais como depósitos. Os riscos de infiltração dos mananciais de águas subterrâneas não diminuiu, no entanto.

O problema é grave em toda a sua extensão e não só no que diz respeito aos locais de depósito. Como a manutenção de fossas tem um custo que as classes populares não podem pagar, a solução tem sido aproveitar a extrema capacidade de filtragem dos terrenos e construir os tristemente famosos "sumidouros". Essa prática tem transformado os próprios locais de moradia em áreas de riscos que somam-se as lagoas e aos depósitos clandestinos de lixo.

A cidade do prazer eleva assim a enésima potência a constatação geral de que os pobres são sempre os mais afetados pelas crises ecológicas (Beck, 1993, p. 34). O problema de saneamento básico em Natal mostra que eles são os que têm menos condições de adaptar-se às transformações do meio ambiente impulsionadas pela lógica de consumo de lugares.

## Conclusão: sombras sobre o reino tropical de Dioniso

As imagens do mar azul, das dunas brancas e dos coqueirais têm se constituído nos elementos mais importantes da nova construção social do Nordeste brasileiro no imaginário nacional. O Nordeste das secas, dos coronéis e dos jagunços é deslocado por esse novo nordeste, produto e produtor dos "espaços de desordem ordenada" para as classes médias locais e do centro-sul do país.

É esse reino tropical de Dionísio, um elemento chave na construção discursiva que alicerça o desenvolvimento turístico no litoral nordestino. Ele é também o horizonte em que se descortinam os novos sonhos de "desenvolvimento regional". Tudo se passando como se o "mito da necessidade" (Castro, 1992), a construção ideológica do Nordeste das secas e da miséria como justificativa para a captura dos aparatos locais de Estado e das verbas federais pelos grupos oligárquicos, tivesse sido substituído por outro mito, o "mito da fertilidade", da terra prometida.

A construção concreta desse reino tropical de Dionísio tem se traduzido em uma apropriação espacial singular, a urbanização turística, que mescla o novo e o velho, constituindo a base econômica e cultural de uma processo de pós-modernização tão selvagem quanto a modernização conservadora das décadas anteriores. E tem implicado a potencialização de antigos dramas da urbanização brasileira e o aparecimento de novos e graves problemas socioambientais, dentre eles, a degradação acelerada de ambientes ecologicamente frágeis.

São essas as sombras que escurecem as perspectivas de futuro para esse reino tropical de Dionísio. Mas esse não é, no entanto, um processo irreversível. Se o desenvolvimento do turismo tem significado a exacerbação do modelo de urbanização do litoral (um modelo facilmente percebido como danoso), não se trata de algo simplesmente inevitável. A

manutenção da atividade e a própria presença física dos turistas cobra a manutenção da agradabilidade e sustentabilidade dos lugares.

Nesse sentido, é impossível pensar o turismo desligado de todo o conjunto de práticas e experiências desencadeadas pela radicalização do processo de globalização. O fluxo de produtos, informações e pessoas não produz apenas deslocamento e desterritorialização, mas também destradicionalização e reflexividade social<sup>8</sup>.

Obviamente, não estamos propondo que o aumento do consumo ambiental provocado pelo turismo, por si só, seja a garantia de uma outra percepção da natureza. Se essa percepção é sempre uma construção contingente, histórica e geograficamente datada, ela também pode, obviamente alicerçar-se em referenciais egoístas. Trata-se simplesmente de não negar a possibilidade de uma outra lógica de apropriação espacial no desenvolvimento da urbanização turística.

## Bibliografia

ACQUA-PLAN (1978). "Recarga artificial aplicada à drenagem urbana de Natal: elementos para o Projeto Piloto da Bacia SI-2 (Campo do Preá). Estudos, Projetos e Consultoria. *Relatório Final*. Recife (PE).

APPADURAI, A (1989). "Global Ethnoscapes: Notes and Queries for a Transnational Anthropology", in R.G. Fox (org.), *Interventions: Anthropology of the Present*. London: Berg.

BECK, Ulrich (1992). Risk Society. London: Sage.

<sup>8 &</sup>quot;A reflexividade social é condição e resultado de uma sociedade pós-tradicional. As decisões devem ser tomadas em uma reflexão mais ou menos contínua sobre as condições das ações de cada um" (Giddens, 1996, p. 101). Para uma discussão aprofundada sobre a reflexividade que acompanha o processo de globalização, ver também Lash & Urry (1993).

- BECK, Ulrich (1993). "De la sociedad industrial a la sociedad del riesgo: cuestiones de supervivencia, estructura social e ilustración ecológica". Revista de Occidente. nº 150.
- BECK, Ulrich (1995) Ecological Politics in an age of Risk. Cambridge: Polity Press.
- BECK, Ulrich (1996). "World Risk Society as Cosmopolitan Society? Ecological Questions in a Framework of Manufactured Uncertainties". Theory, Culture and Society, Vol. 13. n° 4.
- BOURDIEU, Pierre. (1993). "Effets de lieu" in: Pierre Bourdieu (org.). La Misère du Monde. Paris: Éditions du Seuil.
- CASCUDO, Luis da Câmara (1949). *História da Cidade do Natal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CASTRO, Iná Elias de (1992). O Mito da Necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DAVIS, Mike (1995). "Los Angeles after the storm: the dialectic of ordinary disaster". *Antipode*, Vol. 27, n° 3.
- DELEAGE, J. P. & HAMERY, D. (1989). "De l'éco-histoire à l'écologie-monde". L'Homme et la Société, n° 91, vols. 1-2.
- FEATHERSTONE, Mike (1995). Cultura de Consumo e Pós-modernismo. São Paulo: Studio Nobel.
- FIGUEREDO, E. M. (1991). "Concentrações anômalas de metais pesados nas águas de alguns poços de Natal". XXXVI Congresso Brasileiro de Geologia. *Anais*... Natal (RN).
- GIDDENS, Anthony (1996). Para Além da Esquerda e da Direita. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- HOGAN, D. J. (1995). "A Qualidade Ambiental Urbana: oportunidades para um novo salto". São Paulo em Perspectiva, Vol. 9, nº 3.
- IBGE (1992). Censo Demográfico de 1991: resultados preliminares. Rio de Janeiro: FIBGE.

- LASH, Scott & URRY, John (1993). Economies of signs and Space. London: Sage.
- MARTINE, George (1995). "A evolução espacial da população brasileira" in Rui de B. A. Affonso & Pedro. L. B. S, *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/Editora da Unesp.
- MELO, José Geraldo de (1995). Impactos do Desenvolvimento Urbano nas Águas Subterrâneas de Natal/RN. Tese de Doutorado. São Paulo: Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo.
- MINEIRO, Fernando (1992). Natal em Perfil. Natal: Mandato Popular.
- OLPADAWLA, P. & GOLDSMITH, W. W. (1992). "The Sustainability of Privilege: Reflections on the Environment, the Third World City, and Poverty". World Development, Vol. 20, n° 4.
- PLUMWOOD, V. (1993). Feminism and the Mastery of Nature. London: Routledge.
- SHIVA, V. (1988). Staying Alive: Women, Ecology and Development. London: Zed.
- SPIRN, Anne W. (1995). O Jardim de Granito. São Paulo: EDUSP.
- TORRES, H. da G. & CUNHA, J. M. P. (1994). "População sujeita a riscos de inundação: o caso de Campinas" in: IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais...* Caxambu: ABEP.
- URRY, John. (1996). O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel/SESC.

## Turismo e Cultura Caiçara no Litoral Norte Paulista

#### MARIA TEREZA D.P. LUCHIARI'

A paisagem deste trecho do litoral brasileiro possui certas peculiaridades. No litoral norte do Estado de São Paulo, ao contrário do litoral sul recoberto por banhados e praias extensas distanciadas da serra, a Serra do Mar aproxima-se muito da orla, definindo um litoral salpicado por inúmeras praias alojadas em pequenas planícies sedimentares, separadas por costeiras, e ainda uma infinidade de baías, angras, sacos, enseadas, restingas, mangues entre muitas ilhas e... a mata atlântica. Apesar da ocupação desde o período colonial, houve um relativo isolamento desta região que a manteve preservada. Entre as décadas de 1950 e 1970, ela foi redescoberta pela atividade turística mas, devido à falta de infraestrutura, urbanização e rodovias, seu acesso era restrito a uma pequena parcela da população que se concentrava nas sedes de município (Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela). Dos anos oitenta

<sup>.\*</sup> Geógrafa, professora do Departamento de Sociologia do IFCH-Unicamp.

<sup>\*\*</sup> Este texto foi originalmente apresentado no 1º Encontro Nacional de Turismo com Base Local (USP/maio 1997)e apóia-se numa pesquisa realizada no município de São Sebastião/Distrito de Maresias (litoral norte paulista), entre o final dos anos oitenta e início dos noventa (Luchiari, 1992).

para cá, devido principalmente à implantação e à pavimentação da BR-101 (Rio-Santos), a atividade turística passou a modelar a paisagem, a acelerar o processo de urbanização e especulação imobiliária, a mudar o perfil demográfico com o incremento migratório e, somado às políticas de preservação dos recursos naturais do Parque Estadual da Serra do Mar, passou também a ser responsável pelo processo de marginalização, ou mesmo expulsão, das comunidades caiçaras.

O litoral norte paulista sofreu vários tipos de apropriação desde a colonização, mas nenhum consumiu suas paisagens de modo tão acelerado ou foi tão responsável pela desintegração de suas comunidades tradicionais como a ocupação que lá se instalou nas últimas três décadas.

Podemos dizer que a ocupação indígena, anterior a colonização (séc. XV), não deixou muitas marcas na paisagem local mas, transmitiu como legado fortes contribuições culturais: o tipo étnico¹, algumas técnicas para a lavoura e pesca e muitas trilhas e caminhos.

Com o processo de colonização (séc. XVI e XVII), se estabelece uma forma de apropriação da natureza mais intensa: exploração de riquezas naturais em larga escala (madeiras, peles, metais preciosos), áreas de cultivo e engenhos de cana-de-açúcar, núcleos urbanos e ampliação das vias de transporte. Nos séculos XVIII e XIX, o litoral norte paulista passa a funcionar como ponto estratégico entre as áreas de mineração e o exterior. Com a transferência deste "eixo" para o Rio de Janeiro, o litoral paulista sofre um período de declínio econômico e êxodo demográfico e só se recupera no século XIX, com seu ingresso na economia cafeeira. Mas

<sup>10</sup> caiçara, termo utilizado para designar a população mestiça que habita a região litorânea paulista, surgiu da mistura dos segmentos desprivilegiados (índios e negros) com os agentes da ocupação (os europeus). Neste estudo seguiremos a definição de Kilsa Setti (1985), considerando o caiçara como uma população que tem um tipo de vida e cultura que lhes é característico, e não simplesmente segundo a sua etnia.

até o final do século XIX a produção de café é orientada para o interior paulista, deixando o litoral à margem dos processos de urbanização e modernização.

As comunidades tradicionais caiçaras sobreviveram à integração (açúcar, ouro e café) e à marginalização (ouro e café) de uma economia regional dependente das políticas econômicas que alimentavam o mercado mundial de produtos tropicais, assim como recebeu diversas influências destas. A economia caiçara, assim como a vegetação nativa, fortalecia-se nos interstícios dos produtos para exportação.

O litoral norte paulista entra no século XX, e vai até a década de 1950, isolado e marginalizado do processo de urbanização e do dinamismo econômico do Estado. É quando as comunidades caiçaras passam a viver quase exclusivamente de suas culturas e estratégias de sobrevivência. Este mesmo período compreende o momento em que as comunidades caiçaras mantiveram-se mais isoladas, tecendo as redes do modo de vida tradicional. É o período que alguns autores denominam de epopéia ou período heróico caiçara (Noffs, 1988, p.15, Mussolini:1980, p.225 e Diegues, 1973, p.89). Os pilares desta cultura tradicional estavam representados nas canoas de voga, nas lavouras, na caça e na pesca artesanal, bases da economia de subsistência, da pequena atividade mercantil e da relativa autonomia.

A partir de 1960, a penetração do capital monopolista e de pequenos investidores acelera a valorização imobiliária e o processo de urbanização. O crescimento de São Paulo e do Rio de Janeiro tornou este "eixo" Rio-São Paulo um recurso para a expansão e exploração. O litoral norte paulista respondeu à necessidade de crescimento das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas. Esta combinação de fatores acabou definitivamente com o antigo isolamento. Desta vez, não foi um produto monocultor para a ex-

portação o responsável pela integração de sua economia ao mercado, mas o próprio espaço litorâneo — enquanto recurso paisagístico — é que transformou-se no maior "produto" econômico da região.

A construção da BR-101,² implementada por iniciativa do governo federal, colocou os últimos redutos caiçaras, desde o Rio de Janeiro até o litoral paulista, dentro das prioridades políticas e econômicas do país. Após a construção e pavimentação da rodovia, a indústria do lazer e a especulação imobiliária multiplicaram o espaço urbano, redefiniram o perfil da população e das atividades socieconômicas, e reformularam as relações da sociedade com a natureza, transformando a segunda em mercadoria de consumo das classes médias e elites urbanas. Seguindo a lógica de que todos têm direito a seu lugar ao sol, ou a sua parcela de verde, a paisagem vem sendo desmantelada e privatizada.

Concentrando o olhar nos vetores responsáveis pelas transformações contemporâneas desta região podemos visualizar sérias contradições. A **urbanização**, que possibilitou modernizar diversos setores econômicos, intensificou também a pobreza, a degradação ambiental, o desmantelamento da paisagem e afigurou-se como um processo de marginalização socioespacial e econômica das populações caiçaras e imigrantes de baixa renda. Andando pela Rio-Santos é possível visualizar um verdadeiro duelo entre a ocupação imobiliária e os limites da natureza: falta de saneamento, acúmulo de lixo, esgoto, aterros de áreas úmidas, corte de morros, desmatamentos, construções em locais de risco etc.

O setor turístico, definido pela própria população local entrevistada como "a vocação econômica regional", incorporou esta região descon-

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> A aprovação do projeto da BR-101 (Rio-Santos) ocorreu em meados da década de 1960, no governo de Castelo Branco. Seu traçado, ao longo da costa, margeia o mar e algumas vezes divide as pequenas vilas ao meio. Esta rodovia aproveitou alguns trechos da SP-55 e só foi pavimentada no período de 1978-1985.

siderando o que ela tem de peculiar enquanto produção cultural e transformando a natureza em mercadoria de consumo. A concepção de indústria do turismo, apesar de estar associada à idéia de "indústria limpa ou sem chaminés", aproxima-se também de um modelo perverso de desenvolvimento. Conceitualmente, é arriscado falar em indústria do turismo, pois como nos coloca Mullins (1991), o turismo não é uma simples indústria mas um amálgama de indústrias (manufatura, transportes, entretenimento etc.), definido mais como consumo que como produção. Para Nicolás (1989, p.55), esta concepção implica premissas evidentes, ou seja: apropriação privada, acesso restritivo, relações capitalistas de produção, distribuição e troca. Além disso, a análise da atividade turística não envolve apenas o consumo de bens – numa estrita abordagem econômica – mas, complexas relações sociais ditadas pelo setor. São grupos sociais determinados que demandam formas diferenciadas de lazer, envolvendo estratégias de organização, produção e consumo, e relações sociais de trabalho (Urry, 1990).

No litoral norte paulista a atividade turística é predominantemente organizada pelas segundas residências, característica do turismo sedentário. Para Tulik (1995, p.33), este quadro reflete uma urbanização acelerada, a intensificação da especulação imobiliária, a pouca geração de lucros para a comunidade receptora, degradação de extensas áreas e ecossistemas naturais para a construção civil e a influência política e econômica dos turistas.

Além da expropriação causada pela crescente especulação imobiliária e valorização turística da região, os caiçaras também foram desapropriados pela legislação do Parque Estadual da Serra do Mar,<sup>3</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> O Parque Estadual da Serra do Mar foi criado em 1977 (D.E. 10.251) e ampliado em 1979, incluindo a região de Picinguaba, ao norte de Ubatuba.

território interdito para as atividades agrícolas, de pesca nos rios, de extração (principalmente a caxeta para artesanato, ou madeiras mais nobres para a confecção de barcos) e caça. Se, de um ponto de vista positivo, a legislação ambiental restringiu a expansão urbana desenfreada, por outro lado, ela também restringiu a utilização dos recursos naturais pelas populações tradicionais, criando um conflito evidente entre as leis de preservação ambiental e a preservação do modo de vida caiçara.

O Parque é o espaço público, instituído pelo Estado, do qual os moradores tradicionais são expulsos. A praia — espaço também interdito para os moradores tradicionais pelas regras do mercado — transformou-se no espaço privado do turismo de elite.

Uma das causas deste processo foi a introdução, na região, de uma nova racionalidade na utilização dos recursos naturais. A racionalidade dos empreendimentos capitalistas que para lá se dirigiram contrapõe-se à racionalidade inerente ao modo de vida caiçara. Cada forma de organização social apresenta um conjunto de regras sociais, padrões culturais e de conduta e relações de produção no manejo da natureza. Existia anteriormente um ajuste ecológico entre a prática da cultura caiçara e a conservação dos recursos naturais. Os dados da natureza norteavam sua visão de mundo e a forma de classificar o universo cultural. Atualmente, com a racionalidade capitalista permeando todas as relações, as determinações econômicas ganham prioridade na ordenação das normas de apropriação da natureza. À medida que os recursos naturais (o peixe, a terra, a mata) foram transformados em mercadoria, a relação dos homens com a natureza também se modificou: a pesca se tornou predatória, a terra propriedade privada e a mata reserva ecológica que protege a mata mas não o homem que dela faz parte.

# Caiçaras, imigrantes e turistas: três olhares no caleidoscópio da paisagem

A transformação contemporânea no litoral norte paulista é percebida fundamentalmente através da paisagem construída pelo homem. O asfaltamento da rodovia BR-101 foi o fator mais marcante na desfiguração da paisagem e do modo de vida das comunidades tradicionais. Só a partir da pavimentação desta rodovia o setor turístico se impôs como o vetor transformador da estrutura socioespacial e gerador de todas as outras mudanças: econômicas, sociais, paisagísticas, culturais e ecológicas.

Para os caiçaras, mais do que para os imigrantes e turistas da região, é nítida a percepção da transformação da paisagem natural, afinal seu próprio modo de vida sempre esteve associado aos elementos naturais da paisagem, não somente nas atividades econômicas para a sobrevivência (caça, pesca e lavoura), mas também nas atividades sociais (crenças, festas e mutirões). As atividades produtivas, assim como as dimensões simbólicas de sua cultura, associavam-se aos ciclos da natureza: tempo de plantar, tempo de colher, de pescar, de navegar, de festejar a chegada dos cardumes de tainha, de cortar a madeira, de não cortar, enfim, de ordenar a cultura a partir de um ajuste ecológico. O sistema de apropriação da natureza dava-se através de um relação harmoniosa de integração e complementaridade, não de posse. A transformação atual da paisagem natural relaciona-se às mudanças em seu modo de vida.

Há um certo consenso entre os caiçaras que, se por um lado, a estrada trouxe benefícios (infra-estrutura, serviços de assistência social, maior circulação de mercadorias etc.) estes se deram em detrimento da

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Na costa sul do município de São Sebastião (distrito de Maresias) a pavimentação só ocorreu em 1982.

sua visão de mundo e da antiga relação que mantinham com seu ambiente. Para eles houve uma perda qualitativa no mundo das relações dos homens e do homem com o seu lugar. A percepção positiva da mudança se dá através do crescimento econômico da região: os bairros cresceram e se urbanizaram, chegaram capitais de fora e novas possibilidades de emprego, o comércio e a infra-estrutura instalados multiplicaram-se e a rede viária trouxe novas possibilidades de deslocamento. É como se tivesse havido uma verdadeira revolução na vida codidiana, prática; entretanto, eles sabem que não conseguirão acompanhar este processo de crescimento, do qual muitas vezes são excluídos. A esperança em ascender economicamente num mercado altamente especializado transformou-se no fantasma da marginalização e da expropriação<sup>5</sup>. Sua cultura, seus hábitos, seu modo de vida não se adequam à nova ordem econômica. Eles simbolizam uma organização social que deve se transformar para não viver segregada dentro do seu próprio espaço.

Os imigrantes de melhor poder aquisitivo (funcionários públicos, profissionais liberais e empregados ou proprietários no setor terciário) também concebem elementos da paisagem construída como principal fator de transformação do litoral de Maresias, mas estes associam a degradação da paisagem à deterioração da qualidade de vida. Para este grupo, proveniente de centros urbanos onde vivenciaram o crescimento das cidades associado à degradação do meio ambiente e da qualidade de vida, este é um fator alarmante. Muitos buscaram no litoral paulista, além de uma oportunidade de trabalho, a possibilidade de viver num ambiente mais natural, e de fugir da concepção de "progresso a qualquer custo".

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup>De maneira geral, os caiçaras e imigrantes de baixa renda vão trabalhar na construção civil ou em serviços gerais como: empregados domésticos, caseiros, jardineiros, entre outros.

Por outro lado, os imigrantes são os que mais têm interesse no crescimento das vilas. Com a vivência anterior em centros urbanos eles absorveram a qualidade de vida enquanto qualidade de serviços, infraestrutura e consumo e, em grande parte, são eles que se dedicam às atividades ligadas ao turismo (pousadas, camping, hotéis, restaurantes, docerias, lojas de presente, vestuário). A maioria não abre mão das benfeitorias da urbanização, chegando, muitas vezes, a idealizá-la como um símbolo do progresso e da civilização antes inexistentes. Mesmo com a degradação socioambiental implícita neste processo, o "progresso" é constantemente reivindicado.

Os imigrantes mais antigos de Maresias (mais de 10 anos no distrito), embora sejam minoria, criaram laços mais profundos com o lugar e com a população local. Para estes, a transformação socioambiental ocorrida após a pavimentação da rodovia foi muito violenta e sem qualquer planejamento, deixando o caiçara e seu habitat sem chances de sobrevivência.

Entre os turistas também é muito importante a diferença entre aqueles que já freqüentam a região há mais de 10 anos e os que só vieram conhecer a região após o asfaltamento da rodovia. Os primeiros vieram para a região em condições precárias (estrada de terra sem condições de tráfego na chuva, um ônibus por dia, sem energia elétrica, comércio ou infra-estrutura) porque realmente queriam encontrar algo diferente do que estavam acostumados nas cidades. Dos habitués da década de 1950 aos aventureiros das décadas de 1960/70, o traço mais marcante era a postura de "amantes da natureza" e "admiradores" do modo de vida caiçara. Para estes não há meio termo, a paisagem construída é natureza destruída, e eles optam por abandonar o litoral norte paulista em busca de áreas ainda não descobertas pelo setor turístico.

Para aqueles turistas que só conheceram a região na década de 1980, foi o setor turístico que abriu um caminho antes desconhecido. São geralmente indivíduos que freqüentavam o litoral sul (Guarujá, Santos, Cananéia), e consideram estas áreas já saturadas. Outros, de maior poder aquisitivo, vieram ocupar os condomínios e loteamentos de luxo da região mas, ambos, apesar de serem favoráveis à urbanização, têm medo que em pouco tempo esta região também se torne saturada pelo grande fluxo de turistas que vem antes da infra-estrutura necessária para recebê-los.

Os turistas, de um modo geral, estão preocupados com a região em si, com seu crescimento acelerado e desordenado, mas não pensam especificamente no bem estar das comunidades caiçaras e sim na conservação daquele ambiente para ser utilizado enquanto recurso para o lazer. Eles se preocupam com o impacto das atividades humanas no meio ambiente, mas excluem as lógicas econômicas e sociais implícitas. Este discurso relaciona-se à mentalidade preservacionista corrente nos veículos de comunicação, em alguns grupos de preservação ambiental e nos próprios órgãos que regem a legislação ambiental do país. Há uma preocupação genérica em salvar a natureza, o verde, a flora e a fauna, mas não se coloca que os próprios indivíduos e a sociedade devem ponderar certos valores utilitaristas. Força-se a natureza ao ponto da ruptura, depois sacraliza-a como espetáculo, negando e ignorando o outro — aquele que além de ter construído outros códigos de existência conseguiu, durante séculos, uma interação harmoniosa com o mundo natural.

Mas a própria realidade vai construindo outro discurso. O crescimento perverso ocorrido na última década está destruindo a própria justificativa do turismo. A continuar o ritmo da ocupação atual é possível que o próprio turista não se interesse mais por esta região. A percepção positiva das transformações contemporâneas é manifestada a partir das

conseqüências econômicas (fluxo de capitais, expansão do comércio e serviços, maior oferta de empregos e melhoria da infra-estrutura), e a percepção negativa a partir das conseqüências sócio-demográficas e ambientais (insegurança social, aumento da criminalidade, "inchaço" das vilas nas temporadas, poluição, exploração, degradação da natureza, do habitat, do lugar). Como a segunda é conseqüência da primeira, as soluções exigem um planejamento mais atento às ambigüidades da ocupação turística.

Para os três grupos a avaliação do saldo de lucros e perdas é uma controvérsia sem fim. Todos constatam que o saldo das perdas culturais e socioambientais será mais significativo que o mérito de haver incorporado a região ao âmbito da sociedade urbano-industrial, dita civilizada. E é esta reflexão ambígüa que nos remete a uma realidade multifacetada. A natureza está sendo transformada para sujeitos específicos que a vêem como objeto de consumo, e a incorporação da região à economia de mercado e ao processo de urbanização custou a ela a perda de sua própria identidade sociocultural e dos antigos códigos que regiam a relação do homem com a natureza.

A paisagem construída assenhoreando-se da paisagem primitiva não significou apenas a substituição de uma paisagem pela outra, a partir de formas e proporções mensuráveis. Simbolizou modos diferenciados de se apropriar do ambiente, códigos de existência variados, mecanismos de sobrevivência diferentes, às vezes, divergentes, enfim, a transformação radical da racionalidade no modo de tratar a natureza e a substituição de uma organização social tradicional por uma mais complexa.

Para os sujeitos sociais diretamente relacionados à ocupação turística atual, a paisagem natural é um *refúgio* que deve ser preservado para servir como área de lazer das *residências secundárias*. Secundária também se torna, nesta lógica, a relação produtiva do caiçara com a na-

tureza, e na mesma velocidade que a paisagem vai sendo apropriada o caiçara, sua cultura e os seus mecanismos de sobrevivência vão sendo espoliados. Não é apenas a paisagem que está sofrendo um processo de transformação e degradação, a própria sociedade tradicional caiçara, assim como a maioria das culturas litorâneas tradicionais do país, estão sendo consumidas junto com a paisagem primitiva.

# A reconstrução simbólica da paisagem

A estrutura socioespacial é um processo dinâmico e mobilizador da ação social e das formas através das quais esta é representada. A paisagem nos remete a estas formas, vindas de ações passadas e presentes, mobiliando a natureza e competindo com ela. A paisagem também encerra uma associação entre conteúdo e forma, e vai metamorfoseando suas dimensões concreta e simbólica, onde o homem é o mediador entre o que a natureza oferece e aquilo que ele quer dela. A paisagem torna-se, então, mutável, dinâmica, resultado de processos naturais e transformações históricas e sociais. A paisagem, receptáculo da espacialização social, funciona como *lugar sagrado* da memória coletiva (Shields, 1991).

Na percepção individual e coletiva a paisagem passa por uma leitura mais subjetiva, onde ela é percebida, sentida e experenciada a partir do indivíduo (ou de um determinado segmento social), ganhando importância em termos de representação de mundo e conduta dos indivíduos em relação à utilização dos recursos da paisagem. A partir da concepção que o indivíduo "monta" da paisagem que ele percebe é que ele irá estruturar formas de utilização e relação com a natureza.

Para as comunidades caiçaras do litoral norte paulista a "paisagem litorânea" sempre foi dividida em dois territórios fundamen-

tais: o da praia, ocupando as várias planícies de sedimentação marinha; e o do sertão, área compreendida entre as planícies e as encostas da Serra do Mar, povoada pela mata atlântica, rios e uma infinidade de espécies animais e vegetais.

Historicamente, a divisão entre sertão e praia auxiliou no equilíbrio da vida das comunidades caiçaras. O sertão era o território do trabalho, ninguém morava no sertão. O sertão era para a lavoura, para a caça, coleta, transporte de banana pelos rios, confecção de barcos. A praia era o lugar privilegiado das relações sociais. Era o lugar das moradias, das festas, do convívio social. Mesmo a pesca, como atividade econômica associada ao mar, relacionava-se não só ao trabalho e à sobrevivência mas a uma multiplicidade de relações sociais: parentesco, festividades, atividades coletivas como a pesca da tainha, a divisão do produto da pesca, a limpeza do pescado, a salga, entre outras.

Este mundo concreto e dual (terra/mar, sertão/praia, roça/pesca), era construído a partir da correspondência entre um mundo físico/objetivo e um mundo de significados/subjetivo. Essas analogias, apesar de serem testadas pela experiência e pela observação empírica, eram povoadas por uma visão de mundo onde a natureza não era exterior à vida do grupo, mas elemento integrante de sua cosmovisão. Os caiçaras mais velhos guardam vivas essas memórias e ainda afirmam que o sertão é o espaço do trabalho, da roça, da sobrevivência quando, na verdade, o sertão já não possui esta função.

O sertão atualmente é o lugar de moradia, pois é mais barato. Os caiçaras que venderam seus terrenos da praia, e os imigrantes com baixo poder aquisitivo, não conseguem comprar um terreno à beira mar e vão morar no sertão, embora, para o caiçara, esta transferência do local de sua moradia represente a perda de um símbolo de status social. Esta marginalidade socioespacial dentro do seu próprio habitat deixa os caiça-

ras revoltados contra os turistas ricos, os *tubarões*, e a dualidade da paisagem vai sendo transformada numa dualidade socioeconômica. Para um caiçara do bairro de Maresias praia e sertão representam, hoje, *uma divisão da sociedade*. A praia é para quem tem capital, no sertão mora mais os caiçaras<sup>6</sup>.

Para os três grupos a praia é hoje sinônimo de comércio e movimento. Nas temporadas a população dessas vilas é multiplicada por 3 a 4 vezes o seu número e a maioria fica circulando pelas praias, bares e comércio. Os moradores locais sentem a saturação de seu ambiente, apenas os turistas sentem-se satisfeitos com este movimento, sendo para eles sinônimo de "badalação".

Atualmente a praia se presta à confusão social. O lixo, os congestionamentos das vielas sem saída, o comércio, os pescadores artesanais, surfistas e os "barulhentos paulistanos" indicam que não só o espaço foi apropriado de diferentes formas mas que os costumes estão diferentemente representados, dando uma significação social à cena bem diferente daquela tradicional. Hoje a praia é o lugar dos pescadores, o espaço público dos bairros e "passa a representar também a culminação do ritual do passeio urbano" (Corbin, 1989, p.50).

Para o imigrante, morar na praia ou no sertão não é um símbolo de status, mas uma questão funcional. É no centro das vilas, ou seja, na praia que estão concentrados os serviços e comércio e isto significa trabalho, emprego e consumo. Para aqueles que possuem condução e um alto poder aquisitivo é até mais conveniente morar mais afastado, longe da "bagunça".

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Todas as transcrições de depoimentos de caiçaras, imigrantes e turistas, a seguir, são resultados de questionários e entrevistas obtidos na pesquisa de campo.

Os imigrantes mais pobres se estabelecem cada vez mais próximos dos morros ou mesmo em cotas mais altas. Esta situação alimenta a atuação dos posseiros, pois é muito oneroso comprar ou alugar um imóvel no distrito de Maresias. Como sobram áreas não construídas e é muito difícil a fiscalização, principalmente no sertão, os posseiros abusam desse recurso, participando de um processo de favelização do litoral. A população local não tem mais segurança em circular livremente por estas localidades, e sente que seu espaço está sendo cada vez mais e mais comprimido.

Apesar dessas planícies serem "fechadas" pela presença da Serra do Mar em seus entornos, predominava entre os caiçaras uma noção de "aberto" no espaço de vivencialidade. Atualmente, apesar dos limites da Serra estarem sendo transpostos pela rede viária e pelos contatos sistemáticos, predomina a noção de "fechado", relacionado ao "apinhamento". Para a percepção do caiçara a Serra do Mar não limitava o horizonte, simplesmente compunha-o; já as construções atuais limitam-no. Para eles o "esqueleto topográfico" foi compartimentado e, apesar de aceita a funcionalidade dos equipamentos urbanos, há como que uma repulsa à paisagem urbana. Como nos lembra Yi-Fu Tuan (1983, p.64), o espaço que um homem necessita para viver é diretamente dependente do condicionamento cultural.

A marginalização socioespacial e econômica passa quase despercebida para os turistas. São os caiçaras e os imigrantes que, morando nos bairros e conhecendo suas dificuldades cotidianas, sentem esta marginalização. Para os turistas o sertão é sinônimo de rusticidade, simplicidade e sossego. Para o caiçara, este representa o que restou de seu mundo, de seu habitat. Para o imigrante, mesmo diante da imperativa necessidade de comércio, infra-estrutura, lazer e serviços, a preservação do sertão é a manutenção da peculiaridade regional, parte integrante do seu atrativo turístico.

Os turistas vêem na conjunção desses dois ambientes naturais (mar e mata, praia/sertão) o atrativo regional que a diferencia do litoral sul de São Paulo. Nesse sentido a paisagem litorânea é percebida como um conjunto de ecossistemas combinados. Segundo o depoimento de um turista de Camburi: Na praia a preocupação paisagística é menor, existe por parte da população um interesse econômico imediato. No sertão as pessoas tem uma preocupação maior em preservar. São dois mundos diferentes, como se o sertão fosse o mundo rural e a praia o mundo urbano.

Em relação à propriedade da terra é possível constatar uma nova postura: a apropriação coletiva dos espaços foi substituída pela necessidade de privatização. Apesar da posse da terra sem escritura ser mais comum entre os imigrantes — problema recorrente em todo litoral norte paulista — os caiçaras também estão comprometidos com litígios na justiça, por problemas que envolvem terrenos sem escritura. O caiçara não teve como tradição o acúmulo de bens, e o seu ritmo de vida quase nômade somado à ignorância de seus direitos dificultaram a posse da terra por usucapião.

Atualmente, há entre os caiçaras uma consciência intrínseca de que a posse da terra é condição determinante para a sobrevivência de sua população nessa região. As primeiras propriedades cercadas e separadas por muros representaram o momento inicial desta consciência. Na emergência delas houve uma violação dos códigos que regiam a organização social tradicional: não só a paisagem deixou de ser coletiva como os próprios códigos de organização social foram normatizados de outra forma.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Era comum entre os caiçaras a não legalização de suas *posses*. Com a penetração, na década de 1960, do capital comercial dos centros urbanos, do capital monopolista e de pequenos investidores, os caiçaras passaram a vender suas propriedades a preços irrisórios ou a envolverem-se em difíceis processos pela posse da terra – processos que se configuraram, muitas vezes, como expropriação.

Entre os caiçaras, a maioria possui imóvel próprio ou tornou-se posseiro, o que não significa que todos os caiçaras mantiveram suas posses mas, apenas os que não as venderam mantiveram-se no distrito. Aqueles que desfizeram-se de suas propriedades migraram para outras regiões, sendo comum uma grande mobilidade entre as cidades situadas no próprio litoral paulista, evidenciando a manutenção dos costumes praianos desta população. Segundo depoimentos da população local esses indivíduos foram, em sua maioria, para as periferias de Santos, Guarujá e São Sebastião.

"Eu conheço pescador que a casa dele hoje é ponto de ganhar dinheiro, é a sorveteria La Basque (...) Ele fez um empréstimo no Banco para comprar um barco, aí ficou sem dinheiro e hipotecou a casa, quando viu que ia perder vendeu a casa por um preço bem abaixo do que ela valia. Perdeu o barco, a casa e tá trabalhando de empregado na periferia do Guarujá. Você vê, ele foi atrás da pesca, porque não sabia ganhar dinheiro de outro jeito, e hoje uma pessoa de fora ganha rios de dinheiro na casa que era dele. A gente não tem o poder que eles tem de transformar as coisas em dinheiro" (Caiçara de Boiçucanga).

Alguns migrantes e turistas consideravam o caiçara facilmente manipulável pela sua ignorância do jogo político e econômico na representação social. Esta é uma questão bastante complexa, pois o caiçara viveu à margem do poder durante séculos e foi lançado à sua revelia num período de tempo muito curto, sem ter tido tempo suficiente para dominar os mecanismos da representatividade social, nem mesmo enquanto cidadão. Estas comunidades tradicionais perderam os vínculos com seu lugar e não sentiram-se preparadas ou mesmo capacitadas para lutar por seus direitos. Num primeiro momento, o lugar dos caiçaras foi transfor-

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup>A *paisagem* não é tão exterior ao homem como o espaço, ela envolve o indivíduo assim como o indivíduo também a envolve, transformando-a. Mas ela não transmite, necessariamente, uma relação intrínseca ao indivíduo como o lugar. É a partir do *lugar* em que vivemos

mado em uma paisagem turística, altamente valorizada. A manutenção desta paisagem e seus ecossistemas – alimentada por discursos e leis preservacionistas – também entrou em contradição com a visão espacial mais ampla da economia de mercado e do processo de urbanização.

A reconstrução simbólica da paisagem no litoral norte paulista está se dando de maneira imperativa. A cada novo empreendimento turístico perde-se um pouco mais da peculiaridade regional, da cultura local e de seus recursos paisagísticos. A dualidade natural da área (sertão/praia) está sendo absorvida no espaço funcional do lazer e homogeneizada nos seus usos. Parafraseando Guattari (1985), com a destruição dos "territórios existenciais" do caiçara está ocorrendo um "alisamento" dos espaços litorâneos. A ocupação turística, conduzida pela especulação imobiliária, sobrepôs-se à ocupação tradicional e foi mais além, tomando territórios que possuíam um valor intrínseco enquanto reservas extrativistas, usos complementares da atividade doméstica, ou mesmo enquanto "cenário" significativo culturalmente.

## Preservação e privatização da natureza

Durante toda a década de 1970, as intenções voltadas para a preservação da serra do mar e de seus recursos foram se transformando em leis efetivas. Já em 1969, o governo criou restrições à ocupação em áreas de interesse turístico. Em 1972, definiu-se melhor as zonas de proteção como sendo ilhas, vegetação costeira, matas ciliares e matas ao longo de

que conhecemos o mundo. Segundo Relph (1979), o espaço é experenciado, a paisagem é a superfície limitante do espaço e o *lugar* o centro de significado no espaço e na paisagem. Como observa Yi-Fu Tuan (1983, p.83), "Quando o espaço nos é inteiramente familiar torna-se lugar".

rodovias e ferrovias. Em 1977, institui-se o Parque Estadual da Serra do Mar com uma área de 309.938 hectares de Ubatuba a Peruíbe, recobrindo os 5% remanescentes de florestas da Mata Atlântica, no estado de São Paulo.

Esse "projeto" de preservação foi tomando forma até que o governo resolveu pelo tombamento da serra do mar, visando intervenções preservacionistas do poder público. Foram criados parques, reservas e outras
unidades de proteção ambiental. A mentalidade preservacionista do poder público se refinou no mesmo período em que ocorreu a ocupação desenfreada da serra e das baixadas litorâneas. É uma constatação positiva,
embora a efetivação das normas estabelecidas esteja sendo, muitas vezes,
atropelada pela falta de fiscalização e de critérios que incorporem o homem ao seu meio ambiente, valorizando uma identidade cultural que faz
parte da "memória" da região. A própria Secretaria Estadual do Meio
Ambiente (SMA) constata que, ao se apressar em deter agressões ao meio
ambiente, "reproduziu um estilo autoritário de intervenção dando a impressão de conceder prioridade a preservação dos recursos naturais, flora
e fauna em detrimento ao elemento humano nele já integrado" (Relatório
PTA/Fase, 1989).

Estes critérios têm sido revistos, criticados e, no limite, a própria sociedade civil (intelectuais, ecologistas, Colônias de Pescadores, Associações de Artesãos, de moradores e outros) tem se mantido atenta para que a reformulação dos mesmos possibilite a sobrevivência do meio ambiente e das populações tradicionais. Afinal, além da preservação da mata nativa há uma questão ética a ser considerada. Estas populações tradicionais tiveram um papel histórico fundamental na preservação desses ecossistemas. O Estado ou o setor privado não podem simplesmente destituí-los de suas posses, sem respeitar os seus direitos a esta territorialidade.

Em muitas regiões do país, vários órgãos sobrepõem-se no poder de atuação e fiscalização ambiental, fato que muitas vezes transforma-se num complicador entre a gestão ambiental e as necessidades das comunidades locais. No litoral esta questão é ainda mais complexa, pois envolve a área do Parque Estadual da Serra do Mar, área do Condephat (áreas planas) e áreas de competência municipal, estadual e federal (acima da cota 200), sendo que quando há conflito entre leis prevalece a mais restritiva.

O caiçara conhece a necessidade da preservação ambiental norteado pela sua própria sobrevivência e pela sua ligação afetiva com o lugar. Entre ele o mundo natural ocorre uma relação de reciprocidade: Na parte de reserva de mata não devia ser ocupado, se cortar a mata a água seca. O turista, ao tomar a paisagem como objeto de prazer e admiração, coloca-a numa dimensão exterior a ele: Infelizmente, nós não sabemos progredir e conservar ao mesmo tempo.

O caiçara não se conforma com o fato de que na ocupação turística esteja implícito a privatização da natureza. O respeito pela natureza foi vivido durante séculos por ele como uma necessidade coletiva, não havendo razão para cercas e muros. Os muros, além de representarem o medo da invasão à privacidade, representam a distância social que o turista transfere dos centros urbanos para esses bairros litorâneos. O espaço social vai sendo cada vez mais restringido ao espaço construído: bares, escolas, igrejas. Para o caiçara: Não deveriam deixar fechar com condomínios, nem a praia nem o morro. A gente tem que ter o direito de andar por aí, comendo fruto do mato.

Os turistas e imigrantes, de maneira geral, chegam a conclusões semelhantes, embora passem por um outro viés. Estes dois grupos possuem um discurso mais articulado com o "discurso ecológico", mas carregam uma concepção de natureza mais idealizada e menos objetiva: Não deveriam ocupar os morros, é contra a ecologia.

"Salvar o verde", nesse caso, acaba se transformando numa espécie de "reencantamento da natureza", na fórmula mágica que irá suprir as carências impostas pelo sistema capitalista – para o qual "a economia é o locus principal da produção simbólica" (Sahlins, 1979, p.232). O turista ao qual nos reportamos é um indivíduo fundamentalmente urbano, que teve sua experiência de vida associada a uma cultura individualista, essencialmente materialista e racional. Dentro desta lógica a percepção da natureza como lugar (fonte) de prazer é recente (Thomas, 1988 e Corbin, 1989) e se dá através de uma relação subjacente. As representações de natureza estão repletas de imagens lúdicas, idealizadas, onde a imagem de fuga dos ambientes urbanos saturados povoam o imaginário coletivo. A natureza transforma-se em objeto de prazer, um espetáculo admirável.

A utilidade da natureza para o turista passa por duas óticas. Primeiro, elegendo a preservação dos ecossistemas naturais para a sobrevivência do planeta, alegação pouco consistente visto que não relaciona a preservação da natureza a um manejo racional — o que pode ser perfeitamente viável e exemplificado com a própria cultura caiçara e mesmo por culturas mais complexas e desenvolvidas tecnologicamente. Segundo, ao colocar a natureza como fonte de prazer, descanso e lazer, não se refere a natureza virgem, selvagem mas a uma natureza organizada e humanizada. Esta ótica é mais coerente com os valores da civilização do mundo moderno. O turista, sujeito desta visão, quer a oportunidade de também desfrutar da natureza. É certo que de uma forma menos integrativa que a do caiçara, mas de qualquer forma ele abre um espaço em sua vida prática para também ter acesso a esta relação.

Além da percepção, as atitudes individuais que interferem no equilíbrio dos ecossistemas naturais são, em grande medida, resultado da posição que o indivíduo ocupa na estrutura social. A privatização das praias através de loteamentos e condomínios fechados levanta uma grande polêmica: enquanto os caiçaras e outros moradores locais reivindicam o acesso a estas áreas, grande parte dos turistas acredita que só desta forma a preservação será possível: Eu concordo com a privatização das praias, evita o abuso do mal uso e preserva o meio ambiente. Os caiçaras não concordam e reclamam: Nós não deixamo, toda a vida foi livre. Fechar a praia é o mesmo que fechar a porta da frente de casa.

Os condomínios fechados horizontais - caracterizados como uma forte tendência na organização do espaço urbano de várias cidades brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo - representam um novo tipo de segregação socioespacial: a auto-segregação. Esta nova forma urbana permite as classes médias e elites sociais, detentoras de recursos para pagar pela privatização de grandes áreas altamente valorizadas, o distanciamento e isolamento dos problemas urbanos: violência, degradação ambiental, miséria, lixo, poluição visual, congestionamento, confusão social etc. Nesta ótica, a organização de condomínios fechados (especialmente os utilizados exclusivamente para o lazer, com as segundas residências) acaba funcionando como um duplo processo de segregação. De um lado as classes médias e as elites conseguem recriar, em espaços isolados, uma homogeneização de valores, costumes, gosto estético, poder econômico e de percepção de espaço e tempo. De outro, as populações sem condições econômicas para se apropriar de parcelas destes espaços, acabam segregadas nos interstícios destas "ilhas paradisíacas".

Para Caldeira (1997, p.158), o novo processo de segregação urbana, que ergue *enclaves fortificados* nas cidades, apóia-se na retórica do medo. O medo da criminalidade justifica o rompimento com o espaço público da rua que é isolado por uma infinidade de barreiras: muros, cercas, guaritas e modernos sistemas de segurança. A organização das cidades ganha uma nova estética e a lógica da segurança e do distanciamento social passa a ser indicador de status, enquanto as interações públicas são banidas ou monitoradas. Mas Caldeira (1996, 1997) observa, com razão, que não é o abandono da esfera pública, através do isolamento intramuros, que amplia a segurança e melhora a qualidade de vida no meio urbano. É justamente a apropriação do espaço público, por todas as classes sociais, que permite a construção de um espaço social completo e seguro.

Dadas as condições naturais destas pequenas planícies costeiras, a situação se agrava. As praias, sorrateiramente privatizadas, alimentam um debate difícil entre o poder público, a iniciativa particular e as populações locais. As prefeituras já acumulam várias ações judiciais contra construtoras que insistem em fechar o acesso às praias. Mas do lado daqueles que defendem a idéia de "restringir ou mesmo impedir" o uso público da praia, a justificativa é astuta: Quem irá manter a segurança, a limpeza e impedir o acampamento irregular?

Apesar do conforto indiscutível destas unidades espaciais, falta uma política urbanística voltada para o melhor uso desta faixa do litoral paulista. A crítica que se faz aqui não é pela proibição destas unidades para segundas residências. O problema, como diria D. Harvey (1992), é que estas estruturas disciplinadoras acabam "varrendo para debaixo do tapete" toda pobreza, expropriação e degradação para se isolarem em verdadeiras "ilhas da fantasia".

Os turistas são essencialmente urbanos e buscam a relação com a natureza para lazer. Este fato, muitas vezes, os leva a pensar em suas áreas escolhidas para o lazer fora do contexto da cultura local e dos problemas de impacto socioambiental que o próprio fluxo turístico gera. Para

estes, a natureza pode ser compartimentada e a preservação ambiental uma bandeira dos indivíduos que possuem poder econômico. Neste contexto, discurso da preservação ambiental torna-se vazio; afinal, os ecossistemas naturais do litoral norte paulista permaneceram preservados, em grande medida, devido à utilização da natureza empreendida pelos caiçaras.

Contraditoriamente, são justamente os turistas que possuem um discurso mais bem articulado para contestar a privatização da natureza. O perfil socioeconômico dos turistas do litoral norte paulista, de um modo geral, é mais privilegiado que o dos outros dois grupos. São em sua maioria paulistanos, com nível superior de escolaridade, bons empregos e com mais recursos financeiros. Para estes, é um absurdo a privatização da paisagem, o acesso é de todos. O elitismo acabou com Ubatuba.

Diante destas ambigüidades, duas questões são relevantes. De um lado, a questão da transferência de valores urbanos sem uma devida reformulação, e em termos desfavoráveis de intercâmbio para a população local. O turista busca uma área onde a paisagem natural esteja preservada e o próprio modo de vida (mais simples, mais rústico) proporcione um "relaxamento" do mundo urbano. Porém, ele carrega consigo todos os seus valores, costumes e normas do mundo urbano; por isso mesmo a privatização da natureza e a "organização" da paisagem acabam funcionando como pressupostos. De outro lado, ao se acelerar o processo de utilização/apropriação da natureza, seguindo os mesmos moldes dos processos de urbanização tradicionais, perde-se a peculiaridade da região enquanto recurso turístico. Neste caso, a natureza transforma-se em um bem de consumo não durável e o setor turístico um setor pouco produtivo a longo prazo, visto que estará consumindo seus próprios recursos.

O que modifica a percepção ambiental entre caiçaras, migrantes e turistas é o tipo de prática econômica, tecnológica, social e cultural em que cada um está inserido. A percepção do ambiente enquanto lugar de vivência coletiva ou propriedade privada se colocou nos primórdios da civilização, e ainda hoje se coloca entre culturas tradicionais e culturas complexas. Em 1854, Henry D.Thoreau — autor consagrado pela sociedade norte-americana — escreveu: "Por avareza e egoísmo, e por um hábito rastejante de que nenhum de nós está livre, o de encarar o solo como propriedade, ou principalmente como meio de adquirir propriedade, a paisagem é deformada, a lavoura degradada conosco e o agricultor vítima da pior das vidas. Conhece a natureza, porém como saqueador."

O setor turístico precisa da privatização da paisagem para manter um consumidor específico de lazer. Nesta reorganização espacial, as paisagens aprazíveis do turismo são homogeneizadas pela demanda de um tecido material e tecnologicamente mais moderno. A natureza como um dom e a cultura como diversidade são destruídas ou reproduzidas artificialmente como mercadorias. Estas, mesmo que simbólicas, são vendidas pela mídia, pelas construtoras, pelas agências imobiliárias e de turismo. A natureza, então, é transformada em espetáculo e "a ideologia do turismo faz da geografía uma das formas de consumo de massa: multidões cada vez mais numerosas são tomadas por uma verdadeira vertigem faminta de paisagens, fontes de emoção estéticas, mais ou menos codificadas" (Lacoste, 1988, p.34).

#### Entre o valor de uso e o valor de mercado

As comunidades caiçaras mantinham várias atividades sociais relacionadas ao lazer (cantorias, festas religiosas, comemoração pela colheita) porém, o desfrute da natureza exclusivamente para o lazer (pescar, nadar, mergulhar, caminhar) era mais raro. O caiçara combinava

este lazer às suas necessidades de sobrevivência: ao mesmo tempo que caminhava pela mata podia encontrar um "pau bom" para fazer o seu barco, enquanto pescava podia contemplar o mar e conhecê-lo melhor descobrindo novos "pontos" de pesca, enquanto plantava e colhia redescobria os ciclos da natureza e se ajustava a eles. Dessa forma, os caiçaras construíam sua rede de conhecimento através de uma relação de complementaridade entre homem e ambiente. O lazer, enquanto desfrute da natureza, sempre foi mais uma postura de contemplação, respeito e admiração relacionada a todas as esferas de sua vida (do trabalho e do descanso) do que uma passagem de uma esfera a outra. Como salienta Cunha (1988, p.204), para as pequenas comunidades tradicionais o "tempo natural" é muito marcante, enquanto nas sociedades capitalistas-industriais o "tempo do relógio", dissociando trabalho e lazer, é prevalescente.

Apesar das atividades econômicas terem se transformado em atividades capitalistas, muitos caiçaras ainda sobrevivem de suas atividades tradicionais. A pesca artesanal (peixe, marisco, guaiá etc.), o artesanato empregando como matéria-prima a palha, madeira, taboa, taquara, mas principalmente o barro e a caxeta, e as roças que ainda restam são os pilares da atividade tradicional e da utilidade da natureza para os caiçaras. A arte de fazer barcos e canoas está morrendo no litoral norte paulista. Com as dificuldades burocráticas de se cortar a madeira de lei (madeira grossa: jamolão, jequitibá, peroba, canela, loro, cedro) na área do Parque Estadual da Serra do Mar, apenas os mais velhos ainda sabem esta "ciência". A arte de fazer artesanato ainda sobrevive mas para alguns, quase que na ilegalidade. Os artesãos aproveitam a caxeta derrubada nas áreas de loteamento (a caxeta só dá no alagado) ou são obrigados a agirem como "ladrões da mata" durante a noite, quando a fiscalização é mais difícil.

O julgamento de valor de uma paisagem passa pelo seu valor utilitário (de uso, econômico, financeiro, de mercado, de troca), e simbólico (afetivo, estético, ideológico). Para caiçaras, migrantes e turistas há a relação da necessidade dos recursos naturais ou do contato com a natureza, só que para os caiçaras esta necessidade passa por um viés mais qualitativo: é o valor de uso, a partir de suas necessidades de sobrevivência que confere a utilidade do meio ambiente físico e constrói uma dimensão simbólica.

Para o turista o valor de troca, financeiro, quantitativo é que condiciona a utilidade do ambiente. Embora a dimensão simbólica não seja descartada, o valor de mercado dado a determinadas áreas de lazer acaba impulsionando a sua sobrevalorização. A paisagem do litoral norte paulista possui um valor inerente a ela, relativo aos recursos que oferece, e um valor adquirido relativo ao valor que os grupos sociais lhe conferem. Tomando as áreas destinadas ao lazer como um componente da "indústria do turismo", temos o seu valor ditado pelo mercado. Na verdade, a especulação imobiliária apenas consagrou as paisagens que já haviam sido valorizadas a priori, com a valorização dos ambientes litorâneos pelas populações urbanas. As elites sociais — dando continuidade a este processo de valorização — vêm consumir as cenas idealizadas que são vendidas através da propaganda, pelo mercado imobiliário.

De modo geral, o turista coloca-se apenas enquanto um indivíduo que tem necessidade e direito ao lazer e ao contato direto com a natureza, mas não se coloca fazendo parte da "indústria capitalista do lazer" que segue a mesma lógica financeira de "custo-benefício" de qualquer outro setor altamente capitalizado. O resultado é uma grande contradição entre o que o turista busca (sossego, ar puro, descanso) e o que o setor oferece (especulação abusiva com os imóveis, poluição ambiental, ocupação desordenada, congestionamento, falta de infra-estrutura, destruição da paisagem).

### Considerações finais

O que se coloca em questão não é simplesmente o setor turístico, mas a lógica do mercado no qual ele está inserido. O que se espera é que ela não destrua a potencialidade do setor antes mesmo dele poder desenvolver-se plenamente; e, neste caso, esta potencialidade é traduzida pela própria peculiaridade da região com sua configuração geográfica e cultural.

Pensar em um desenvolvimento sustentável da região (econômica, social, ecológica e culturalmente sustentável), é levar em consideração todas as variáveis que se relacionam "às populações locais, aos recursos disponíveis, às técnicas e aos modos de produção, às características do produto, as modalidades de sua apropriação, às condições ambientais, aos estilos de vida. Todas essas dimensões se apresentam estritamente ligadas entre si por um conjunto de interações, e negar uma delas significa colocar em risco o sucesso de um desenvolvimento harmonioso e durável" (Diegues & Cunha, 1989).

Mesmo com todas implicações caiçaras, imigrantes e turistas concordam ser o setor turístico a "vocação regional" para a exploração econômica no litoral norte paulista. As críticas só são dirigidas à forma como vem se dando esta ocupação, entre elas, com a implantação do turismo de elite organizado pelas segundas residências (condomínios fechados bem equipados e seguros, grandes loteamentos de alto padrão, consumo sofisticado de lazer etc.) que, de modo geral, desagrada aos três grupos. Afinal, transfere-se para estes ambientes litorâneos o estereótipo do "morar bem" dos centros urbanos, além de privatizar a paisagem e beneficiar uma parcela muito reduzida da sociedade. Este processo é seletivo para a própria demanda turística, pois reduz as oportunidades de lazer (cachoeiras, praias, rios e mata fechados e privatizados), e não viabiliza o retorno financeiro para a comunidade local.

Todas as políticas nacionais e regionais, discutidas atualmente para a atividade turística, possuem um aspecto altamente positivo. Afinal, se os governos (federal, estadual e municipal) não se apressarem em regulamentar o setor, certamente a iniciativa privada não tardará em implementar suas próprias estratégias de expansão neste mercado altamente lucrativo, colocando em risco a sobrevivência dos próprios recursos turísticos: natureza, cultura e patrimônio histórico. Cabe ao Estado conciliar os interesses diferenciados na gestão da paisagem. Não só da paisagem turística, mas da paisagem que se mistura a ação das sociedades dando impulso a um processo social em constante movimento.

### Referências Bibliográficas

- CALDEIRA, T.P. do R. "A Cidade Fortificada", Folha de São Paulo/Caderno Mais!, 22.09.1996.
- "Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana" in *Novos Estudos CEBRAP*, Março/47, pp.155-176, SP, 1997.
- CORBIN, A. O Território do Vazio A Praia e o Imaginário Ocidental, Companhia das Letras, São Paulo, 1989.
- CUNHA, L.H.de O. Tempo Natural e Tempo Mercantil na Pesca Artesanal, in Ciências Sociais e o Mar no Brasil, II Encontro/Nupaub, 1988.
- DIEGUES, A.C.S. *Pesca e Marginalização no Litoral Paulista*, Dissertação de Mestrado, Dpto.de Ciências Sociais/FFLCH/USP, São Paulo, 1973.
- Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada, Doc./Relatórios de Pesquisa, Nupaub/Cemar, 1993.
- DIEGUES, A.C.S. e CUNHA, L.H. de O. "Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflito (o caso de Guaraqueçaba/Paraná)" Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, USP/SP, 1989.

- GUATTARI, F. "Espaço e Poder: A Criação de Territórios na Cidade", in Espaco e Debates, Ano V, n.16, 1985.
- LACOSTE, Y. A Geografia Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra, edit. Papirus, 1988.
- LUCHIARI, M.T.D.P. "Caiçaras, Migrantes e Turistas: A Trajetória da Apropriação da Natureza no Litoral Norte Paulista (São Sebastião Distrito de Maresias)", *Dissertação de Mestrado*, Sociologia/IFCH/Unicamp, Campinas, 1992.
- MULLINS, P. "Turism Urbanization", International Journal of Urban and Regional Research, Vol.15, N.3, Cambridge/USA, 1991.
- MUSSOLINI, G. Ensaios de Antropologia Indígena e Caiçara, Ed.Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- NICOLÁS, D.H. "La Dimensión Territorial de las Actividades Turísticas", in Nicolás (1989) *Teoría y Práxis del Espacio Turístico*, Universidade Autonoma Metropolitana/Xochimilco, México, 1989.
- NOFFS, P.da S. "Os Caiçaras do Toque-Toque-Pequeno", Dissertação de Mestrado, Geografia/FFLCH/USP, São Paulo, 1988.
- RELPH, "As Bases Fenomenológicas da Geografia" Geografia, n.7/V.4/Ageteo, SP, 1979.
- SAHLINS, M. Cultura e Razão Prática, Universidade de Chicago, Zahar edit.,1979.
- SETTI, K. Ubatuba nos Cantos das Praias, Ensaios 113, Ed.Ática, 1985.
- SHIELDS, R. "Autour des Chutes du Niagara: Spacialisation Postmoderne?" Sociétés, n.33, 1991.
- THOMAS, K. O Homem o Mundo Natural, Companhia das Letras, 1988.
- TULIK, O. "Residências Secundárias as Fontes Estatísticas e a Questão Conceitual", *Turismo em Análise*, Vol. 6, n.2, ECA/USP, São Paulo, 1995.
- URRY, J. "The Consumption of Tourism", Sociology (The Journal of the Britsh Sociological Association), Vol.24, n.1, London, 1990.
- YI-FU-TUAN Espaço e Lugar A Perspectiva da Experiência, Difel, São Paulo, 1983.

# Desenvolvimento sustentável e atividade turística

### ARLETE MOYSÉS RODRIGUES

Considero extremamente instigante pensar sobre: "Turismo, Paisagem e Ambiente – O Viés do Desenvolvimento Sustentável" na medida em que são vários os termos desta problemática que envolve tanto a produção como a apropriação e consumo do espaço e da natureza.<sup>1</sup>

Proponho-me a apontar alguns aspectos gerais detendo-me, principalmente, na questão da produção do espaço social. É nesta ótica que compreendo que o turismo é uma atividade que precisa ser analisada em sua complexidade. Não basta justificá-la como portadora de atributos positivos ou destruí-la pelos atributos negativos em relação ao ambiente e ao que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável. Tendo em conta que a problemática ambiental coloca em destaque a questão do espaço, do território, da paisagem, a atividade turística aparece como aquela que apenas 'consome' paisagem/espaço/território, sem, aparentemente, 'destruir' estes lugares, o que justificaria colocá-la como sustentável. Contudo, esta atividade produz territórios, da mesma forma como to-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Este texto foi originalmente apresentado no 1º encontro nacional de turismo com base local - USP - maio 1997.

das as demais atividades do modo industrial de produzir mercadorias e na sua essência é insustentável, pois temos que levar em conta que toda produção é ao mesmo tempo destruição, ou seja, trata-se da chamada produção destrutiva.

Analisar a atividade turística permite a paisagem e o ambiente no contexto do uso fugaz do território, propiciando compreender os espaços produzidos para 'consumir natureza, paisagem', num tempo curto para indivíduos – alguns dias por ano –, e num tempo longo para a atividade turística<sup>2</sup>

Já a problemática ambiental traz a tona de forma nova as metáforas espaciais <sup>3</sup> que descortinam a importância do espaço, da natureza, do ambiente, da paisagem. Portanto é preciso considerar a questão da sustentabilidade na produção socioespacial onde se insere a atividade turística.

Não se pode deslocar a análise da atividade turística atribuindo-lhe potencial de sustentabilidade sem levar em conta que é uma atividade econômica, que produz (e consome) mesmo tendo como pressuposto 'consumir' paisagens, territórios, em ambientes considerados restauradores ou de descanso para os indivíduos ou mesmo pequenos grupos. É preciso considerá-la articulada com os elementos gerais da produção e do consumo.

Há, na bibliografia relacionada ao turismo, dois enfoques principais: um que trata da produção e outro que analisa o consumo da paisagem, do território, do espaço. A produção e os produtores e o consumo e os consumidores da paisagem 'produzida' e/ou apropriada pela atividade tu-

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Veja-se – Rodrigues, Arlete Moyses 1996 - "A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental – in Yasizy et all – Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura – Editora Hucitec.

<sup>3 –</sup> Veja-se Rodrigues, Arlete Moysés 1994 – "A questão ambiental e a (re)descoberta do espaço: uma nova relação sociedade/natureza? In boletim Paulista de Geografia n.º 73- SP- AGB.

rística não podem, na realidade, serem desvinculados. Mas embora não seja possível separar a produção do consumo o que se observa nos trabalhos, acadêmicos ou não, é que ora se enfoca a produção, ora se analisa o 'consumo'. Isto sem falar na forma como a mercadoria natureza é 'vendida' em termos de imagens e símbolos que é apresentada pelas empresas de turismo, atribuindo-lhes novos signos e símbolos.

O ambiente a ser apropriado pelo turismo pode ser pensado no sentido do ambiente natural (e portanto um dos elementos da paisagem e do espaço) e o ambiente sócio cultural (também um dos elementos da paisagem e do espaço, mas neste caso produzido social e historicamente). Darei ênfase às formas pelas quais a atividade turística se apropria dos espaços naturais. Ou seja, não será abordado aqui, apesar de sua a importância, a apropriação dos espaços denominados de históricos culturais.

Um problema que considero fundamental é que *a complexidade* da produção e do consumo do espaço relacionada à atividade turística não têm sido, ainda, devidamente analisadas e avaliadas. Vejamos alguns exemplos: aponta-se a quantidade e o volume de divisas que entram no Brasil relacionados ao turismo. Tudo parece ser 'lucro' nacional – estatal e/ou privado. Porém, não se contabiliza (não se desconta), da quantidade de divisas que entram através do turismo o quanto se gasta (ou se gastou), para tornar determinados ambientes atrativos para o turismo: infraestrutura, água, esgoto, energia elétrica, estradas, aeroportos, rodoviárias, hotéis, pousadas, hospitais, postos de saúde, etc. Este tipo de gastos quando relacionados com estas atividades são considerados investimentos públicos e empreendimentos privados.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Na orla litorânea ao sul do estado da Bahia, por exemplo, vários hotéis em construção informam que o *empreendimento* (quer dizer financiamento) tem o apoio do BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

É importante ressaltar, porém, que a instalação deste mesmo tipo de infra-estrutura ou de equipamentos de consumo coletivo quando destinados às necessidades da população local não são considerados investimentos públicos, mas sim 'despesas'. Estas 'despesas', afirma-se com frequência, oneram os cofres públicos pois parecem que não tem retorno contábil, o que demonstra que o que conta para o chamado desenvolvimento é o que pode ser contado. No caso da empresa privada os recursos utilizados com os empreendimentos serão amortizados e renderão lucros à medida que houver uso pago destes lugares pelos turistas. Ou seja. é um investimento de capital para um empreendimento que deverá gerar lucros. Trata-se de procedimento semelhante de empreendimentos privados em escolas, hospitais, pois estes também visam o lucro. E assim os 'usuários', 'clientes', 'consumidores', 'turistas', pagam pelo uso da propriedade e do investimento ou do empreendimento. Por mais que o discurso empresarial do turismo ou dos que apoiam o desenvolvimento sustentável obscureçam estes aspectos, cabe-nos ajudar a desvendá-los.

Do ponto de vista do ambiente natural a complexidade também não tem sido abordada. A 'beleza natural', o ecossistema exótico, não podem ser contabilizados como investimento, pois sua produção, pelo menos inicialmente, é natural e independente de quem se apropriou do lugar. Esta sim uma verdadeira produção independente dos homens. O que se contabiliza é o preço da terra, que varia de acordo com a localização, com o uso que se pretende obter, com as edificações, com as 'melhorias' etc. Um aspecto fundamental do exótico, do singular na natureza, refere-se ao tempo de formação e de manutenção do equilíbrio ecossistêmico, que não tem sido considerado. Na verdade, não só não se leva em conta o tempo de formação e a manutenção dos ecossistemas, como estes têm sido rapidamente destruídos pela própria intensidade e ritmo da produção e uso na atividade turística.

Considerar a atividade turística como sustentável ou como integrante da possibilidade do desenvolvimento sustentável é apenas desviar os termos da questão sem analisar a complexidade de uma atividade econômica que tem por base o consumo de paisagens naturais exóticas ou a história passada.

A sustentabilidade precisa ser construída socialmente, ou seja, penso que o desafio é construir a *utopia da sociedade sustentável*, desenvolvendo-se em contínua progressão a capacidade de pensar, que é a essência da natureza humana. Considero que as utopias são necessárias pois as compreendo no mesmo sentido expresso por Boaventura de Sousa Santos<sup>5</sup>:

"A utopia é a expressão de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade que existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e porque merece a pena lutar".

Na construção da utopia da sociedade sustentável os investimentos mais produtivos estariam relacionadas não apenas às atividades produtivas mas a todas aquelas que podem possibilitar ou permitir o pleno desenvolvimento da capacidade de pensar. Ou seja, a utopia da construção da sociedade refere-se a construção da sociedade do SER e não da sociedade do consumo que se caracteriza pela sociedade do TER. Nesta sociedade o que seria mais importante de ser contabilizado e que seria considerado investimento seriam os recursos empregados no atendimento das necessidades sociais.

Estou entre os que não acreditam nos termos do desenvolvimento sustentável como é entendido nas suas diferentes definições, as quais en-

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Santos, Boaventura de Souza – 1995 - "Pela Mão de Alice" – Cortez Editores.

fatizam apenas a dimensão econômica. Penso que os próprios termos desenvolvimento e sustentabilidade são contraditórios entre si. Uma atividade econômica não pode ser portadora da potencialidade de sustentabilidade, mesmo que tenha-se a idéia de que a atividade turística seja apenas "consumo contemplativo" da paisagem, pois o que está em questão não é a capacidade humana de pensar mas sim os lucros e as divisas obtidas nas atividades econômicas presentes também no turismo.

Caberia indagar do que se trata quando se fala de Desenvolvimento Sustentável e qual o sentido utilizado num debate sobre "O viés do Desenvolvimento Sustentável". Compreender o turismo pelo viés do desenvolvimento sustentável é dar-lhe uma dimensão correta de análise. Viés significa, não o sentido principal, mas o sentido diagonal e só diagonalmente é que se pode argumentar que esta atividade econômica seja sustentável em relação ao ambiente.

O termo (conceito?) Desenvolvimento Sustentável ganha amplitude após 1987 com a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum<sup>6</sup> que, em síntese, considera que é necessário continuar o desenvolvimento mas levando em conta a possibilidade de recomposição dos ecossistemas naturais. Acreditam, ou pelo menos parecem acreditar, que este processo poderá ser resolvido no modo industrial de produzir mais e mais mercadorias, ou seja, no mercado.

Os autores do Relatório Nosso Futuro Comum parecem crer, também, que a pobreza, a miséria, a dilapidação da natureza, são apenas desvios do modelo. Ou seja, o modelo de produção de mais e mais mercadorias, o modelo que sacraliza a tecnologia como potencializadora de transformações positivas é considerado muito bom. O problema parece

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento " Nosso Futuro Comum" 1991- Fundação Getúlio Vargas- Rio de Janeiro – RJ.

ser que a 'sociedade' é que desvia (e parece que tem desviado) a potencialidade do bom modelo. A sociedade, enfim, é que pode corromper este modelo que foi idealizado por ela mesma. Atribui-se, também, problemas à falta de solidariedade. Não parecem compreender que no mundo do TER a solidariedade não tem 'espaço' e que é esta sociedade do ter que cria e recria o individualismo. Atribui-se, também no relatório, a existência de problemas no chamado Terceiro Mundo a falta de recursos financeiros e tecnológicos. Conclama-se os ditos países do Primeiro Mundo a auxiliarem o desenvolvimento tecnológico do Terceiro Mundo. Mas não é analisado, no relatório, as formas pelas quais os recursos naturais são, num intercâmbio ecológico e economicamente desigual, carreados dos países do Terceiro para os do Primeiro Mundo, pois enquanto os produtos industrializados cresceram 36,8% entre 1980 a 1990 os preços das matérias primas minerais caíram 37,7% e o dos produtos agrícolas sofreram uma queda de 40%.

Também não é analisado que, o fato da população do primeiro mundo consumir muito mais recursos naturais e energia do que as do terceiro mundo, está intimamente relacionado ao lugar onde o *modelo econômico deu certo*. Um exemplo: um cidadão dos Estados Unidos (um país que deu certo?) consome 150 vezes mais recursos naturais do que um cidadão indiano (um país que não deu certo?). Assim, atribui-se os problemas apenas aos desvios do modelo sem compreender também que onde o modelo 'deu certo' os problemas ambientais não são menores, até pelo contrário, é onde ocorre a maior dilapidação da natureza.

O relatório "Nosso futuro comum" enfatiza que os problemas ambientais serão resolvíveis no mercado que é dominante no modo industrial de produzir mercadorias, ou seja, no capitalismo. Reforçam a crença que do ideário de que o importante é TER (possuir mais e mais mercadorias) e não o SER (cidadão, igual ao outro pela capacidade de pensar).

Há ainda que se ponderar sobre a contradição dos dois termos: Desenvolvimentos e Sustentabilidade. Desenvolver é uma meta a se atingir que compreende – no mundo moderno e pós moderno – na produção de mais e mais mercadorias. A produção contínua necessita tanto dos recursos naturais – que são extraídos de algum lugar – como de lugares que possam servir como depósitos para colocar os resíduos, destruindo ou pelo menos transformando a natureza de forma dupla, ou seja, pelo uso que os desgasta ou destrói e por utilizar lugares como depósito dos resíduos: água, ar e solo. Este contínuo desenvolvimento é insustentável, tanto pela rapidez com que os processos produtivos tem sido transformados como pela forma como a natureza é encarada, como uma nova mercadoria. O uso intensivo dos ecossistemas tem esgotado rapidamente os chamados recursos naturais e sua capacidade de recomposição.

Sustentabilidade significa manutenção das condições e que como já apontado não tem sido viável na produção de novas e continuas mercadorias. Há parasitas que, contraditoriamente, destroem sua própria base alimentar e é isto o que tem ocorrido com as formas pelas quais a sociedade capitalista, cuja proposta é a de produzir mais e sempre novas mercadorias, tidas como sinônimo de progresso e de desenvolvimento, tem ocasionado. Ou seja tem destruído sua base de recursos naturais. Há parasitas, contudo, que mantém pelo menos a possibilidade de continuar a se alimentar, permitindo a vida de sua base. Parece-me que este segundo tipo se aproxima do que tem sido abordado como desenvolvimento sustentável.

A contradição entre os dois termos — sustentabilidade e desenvolvimento —, pelo menos na forma como está expressa no 'Relatório Nosso

<sup>7</sup> Veja-se Rodrigues, Arlete Moysés – "Releituras do Território"- Tese de Livre Docência, UNICAMP- IFCH, 1996, edição do autor.

Futuro Comum', e na forma como tem sido entendida enquanto 'gestão' do território, podem ser sinteticamente observáveis nos aspectos aqui assinalados:

- a) Os chamados recursos naturais esgotáveis (ou não renováveis) estão realmente se esgotamento – tanto pela sua transformação nas mais diversas mercadorias, como pela ausência de lugares para depositar os resultados da produção.
- b) Os chamados recursos naturais renováveis estão atingindo os seus limites tanto pelo consumo (em seus diversos usos) como por serem utilizados como depósitos dos resíduos decorrente de uso. Por exemplo: a água potável e seus diferentes usos estão concorrendo com o lugar para depósito das águas servidas que não são adequada e suficientemente tratadas. Hoje a abastecimento de água é considerado um grande problema e a renovabilidade da água tem sido questionada e a mesma está se tornando um recurso escasso. Um outro exemplo é o solo que, no passado recente, era considerado renovável. Posteriormente considerou-se que o uso 'primitivo' de técnicas provocaria o esgotamento. Sacralizou-se a técnica com a idéia de intensificação do uso com o auxílio dos 'defensivos' agrícolas. Como resultado da chamada revolução verde, acelerou-se tanto a produtividade como o esgotamento deste recurso antes tido como renovável. O solo, como a água, servem de depósito, tanto para os materiais degradáveis como para os não degradáveis e para os tóxicos, ou seja, os depósitos dos produtos industriais descartáveis, os depósitos dos adubos e fertilizantes químicos, dos poluentes atmosféricos, dos resíduos urbanos, são colocados em algum lugar, alterando portanto a noção de renovabilidade dos chamados recursos.
- c) Pensar no futuro da sociedade 'futura' quando esta não está presente fisicamente para dizer o que querem é um contra-senso, pois a maioria dos que estão presentes hoje não é ouvida, ou melhor sequer lhe é in-

dagado o que querem ou o que pensam. Esta questão é também contraditória com a própria crença de que a tecnologia tudo resolveria, pois constata-se que a tecnologia tem limites impostos pela própria dinâmica da natureza, do ambiente. Este aspecto, contudo, tem uma dimensão fundamental, que é o reconhecimento dos limites da ciência e da técnica retirando-lhes o caráter de misticismo. Mas ao que podese perceber continua ocultado, porque não se debate sobre a limitação da técnica quando desvinculada do conjunto societário.

d) Se o mercado até agora não deu conta de satisfazer as necessidades básicas dos seres humanos, porque se interessa apenas pelo lucro, o que pode ser verificado pela forma como as mercadorias tem sido produzidas para serem cada vez mais rapidamente descartáveis, é evidente que não poderá dar conta de pensar a sustentabilidade social. Há estudos que comprovam que a durabilidade dos produtos de consumo durável alterou-se significativamente no processo da acumulação flexível do capital. Se antes um produto era idealizado para durar 7 anos, agora é projetado para durar no máximo 1 ano, ou mesmo 7 meses. Trata-se, da acumulação flexível do capital e da sociedade do descartável. O mercado não se preocupa em quem vai comprar os produtos mas apenas que estes serão comprados. O que ocorre é que o mercado amplia-se, não com o ingresso de nossos indivíduos mas com a sucessão de produtos rapidamente descartáveis, que pressupõe a necessidade de um novo. Portanto, tem-se um mercado restrito em termos de quantidade e em tipos de produtos consumidos.

Além disso, pensar a possibilidade de continuidade da vida é uma questão paradigmática e o mercado não se preocupa com paradigmas científicos<sup>8</sup> E como a atividade turística é uma atividade relacionada ao mercado, reafirmo que não é compatível com a idéia de sustentabilidade,

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Buarque, Critóvam – 1992 – 'Interação Universidade/sociedade/natureza' in V Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente – Belo Horizonte – Minas Gerais.

mesmo quando se considera o denominado turismo ecológico, o qual compreende, também, uma forma de 'venda', de consumo da natureza.

Um outro aspecto a ser abordado é do que se fala quando se fala em paisagem, pois podemos pensar em paisagem com diferentes significados. Para a atividade turística a paisagem parece ser compreendida como um conjunto de objetos visíveis aos olhos e que podem propiciar uma forma de 'reencontro' com a natureza (natural?), ou com formas pretéritas de organização social (paisagem histórica). Neste olhar sobre a paisagem se descaracterizam, em geral, as relações sociais, pois o que é visível ou o que se busca é o descanso que a natureza propicia ou a cultura que as paisagens históricas mostram.

Cabe ressaltar que considero que uma das configurações sobre a paisagem é dada pela natureza e penso que Robert Lenoble acerta quando afirma que a natureza é uma construção cultural, que é concretizada nas concepções do mundo Ou como diz Simon Schama: "a natureza primitiva ou selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia, quem o faz é a sociedade que assim se apropria do que ocorre na natureza". 10

Desse modo o turismo é uma atividade complexa que compreende tanto a produção como o consumo, tanto as atividades secundárias (produção industrial) como terciárias (serviços) que agem articuladamente, apropriando-se de lugares 'exóticos', de 'paisagens naturais', de 'paisagens históricas', transformando-os em lugares que deverão ser observados para se obter conhecimentos culturais, históricos, possibilitar o descanso, e vários outros motivos simbólicos ou reais.

Esta apropriação é realizada por alguns para obter ganhos, sejam eles lucros, juros, ou renda. Dirige-se aos que podem pagar para usufruir

<sup>9 -</sup>Lenoble, Robert – 1969 – História das Idéias da Natureza – Edições 70- Lisboa.

<sup>10</sup> Shama, Simon - 1996 - "Paisagem e Memória" Cia das Letras-São Paulo

destas 'vantagens', os turistas. Cabe salientar que os turistas também se apropriam destes lugares, ainda que de forma fugaz e intermitente. Sacraliza-se, assim, tanto a natureza como a história passada, transformadas em mercadorias.

A atividade turística permite e facilita o uso fugaz e intenso do território como parte integrante do ideal de modernidade que considera o desenvolvimento como uma meta a ser atingida, medida e mediada pela produção de mercadorias. É parte integrante do ideal da pós modernidade a fragmentação do uso. É uma atividade que sacraliza a natureza e ao mesmo tempo submete-a ao mundo da mercadoria, pois paga-se para desfrutar da natureza, da paisagem natural ou do ambiente natural ou construído.

A atividade turística é, na sua própria essência, incompatível com uma idéia de Desenvolvimento Sustentável. A atividade turística não é compatível sequer com a noção de desenvolvimento auto-sustentado porque dirige o consumo aos lugares 'exóticos, transformando-os para serem 'comercializáveis', nos padrões de 'conforto e qualidade de vida do mundo moderno', retirando portanto ao longo de curto espaço de tempo a característica de exótico. Enquanto atividade econômica sua sustentação está pautada na contínua descoberta de paisagens naturais e históricas de novos lugares exóticos que são rapidamente transformados para serem consumíveis. A atividade turística para se implantar necessita:

- De um lugar - 'exótico', de paisagem natural aprazível ou considerada agradável ou aquela que permite outras atividades consideradas como de lazer (o passeio de barco, o mergulho, a comida caseira, o passeio a pé, a mata 'natural', andar de buggy nas dunas, etc.).

Esta paisagem só é 'diferente', 'exótica' e/ou natural porque esteve longe de um uso intenso (e fugaz) do território. Ou seja, suas condições estão dadas exatamente porque permitiu que o ecossistema se mantives-

se, de certo modo, em equilíbrio. Mas estes lugares 'descobertos' para o turismo, precisam ser continuamente renovados para permitir o passeio para uns e a renda, o lucro e os juros, para outros.

- De apropriar-se de um lugar — Esta apropriação pode ser realizada de diversas formas, seja na delimitação de um parque realizada pelo governo ou a permissão de uso para determinadas empresas. Esta apropriação pode ser indireta através da construção, nas áreas circunvizinhas, de hotéis, pousadas etc. A apropriação, também, pode ocorrer no próprio lugar com a construção de hotéis, pousadas, segundas residências, ou seja, na própria área objeto de contemplação e de consumo fugaz e pode ser realizada pela posse/propriedade da terra.

As formas como ocorrem são diversas e nem sempre são respeitados os direitos humanos, ou seja o direito de SER. Esta apropriação implica no conhecimento e no investimento e ao mesmo tempo na 'expulsão' explícita ou não de antigos ocupantes.

- Da infra-estrutura que é produzida e apropriada para chegar-se aos lugares e nos próprios lugares. Depende tanto do setor público como das iniciativas privadas, pois estou considerando como infra-estrutura não apenas as estradas, aeroportos, mas também os bares, restaurantes, hotéis e as diferentes formas de comunicação e de transporte.

A medida em que se instalam algumas dessas 'facilidades' e que estes lugares passam a ser conhecidos e entram no 'sonho' e na realização do desejo, já iniciou-se o **desenvolvimento insustentável,** pois são rompidas as formas de manutenção do equilíbrio anterior que foi exatamente o atrativo para as atividades turísticas.

A apropriação é realizada e pensada para que os 'turistas' (consumidores) sejam para lá levados e consumam intensa e fugazmente a paisagem, o ambiente natural, o território, o espaço. Neste consumo fugaz e intenso está implícito o consumo de outras mercadorias: o mergulho

ou o passeio de barco (se for no mar) o passeio de carro (se for em terra), as fotos que serão tiradas, as bebidas (enlatadas ou engarrafadas) que serão consumidas, os sorvetes, a alimentação etc., além é claro do transporte para chegar até o lugar. Retomamos assim a questão inicial da complexidade da atividade turística que não deve ser pensada isoladamente, como se houvesse apenas o 'comércio' da natureza.

Já foi feita menção à questão do 'investimento', 'empreendimentos' e quando são considerados fontes de divisas, de lucros ou de despesas. Indicamos agora a interrelação com as demais atividades, utilizando o exemplo dos transportes. Para chegar-se à estes lugares, novos espaços são produzidos: aeroportos, portos, rodoviárias que precisam de edificações, que entre outros materiais consomem cimento, areia, cal, ferro, cobre. vidros, etc. Os meios de transportes, além deles mesmos consumirem recursos no processo de construção, também precisam de vias para circular, que também consomem matérias primas e que também consomem combustíveis, em geral, fósseis. Assim, apenas com o exemplo do transporte já verificamos a complexidade de uma atividade que ora tem sido analisada como consumo ora como produção mas raramente em suas diversas faces e aspectos. Cabe lembrar que para a produção de novas edificações, de novos meios de locomoção, produziram-se restos (resíduos) que também foram em algum lugar depositados e que o consumo de combustível também polui a atmosfera.

Além da intensidade de uso, do consumo de recursos naturais e dos resíduos no próprio consumo da natureza como produto da atividade final do turismo, mercadorias são transportadas para estes lugares e os restos lá ficam. Os resíduos do lixo proveniente do consumo são os que mais tem chamado a atenção, contudo não são os únicos, como já salientado. Um viés importante, nas análises que se propõe a pensar no ecoturismo ou no desenvolvimento sustentável, é atribuir ao consumidor (turista) a res-

ponsabilidade pelo depósito dos restos. Ou seja, é comum dizer-se que são os turistas que deixam as garrafas e as latas na praia, que os farofeiros que deixam restos de comida, etc.. Considera-se, portanto, no senso comum, que estes são os responsáveis pela poluição e pela insustentabilidade do turismo. Mas se esta atividade é dirigida aos turistas então sua própria essência, sua própria base está sendo destruída. Mas ao mesmo tempo, não se faz análise, sobre a atividade em seu percurso produtivo e nas diferentes fases e faces do consumo da paisagem. Estas análises desviam a questão da produção para o consumo. Se o problema real fosse apenas o consumo seria facilmente resolvido bastaria um treinamento ambiental. 11

Para tornar mais claro o que proponho como uma análise complexa, darei aqui dois exemplos de áreas que estou pesquisando: Fernando de Noronha e Porto Seguro.

Em Porto Seguro foram realizados vários 'investimentos' no aeroporto, na rede hoteleira, nas áreas de bares e restaurantes para incentivar o turismo. A programação das agências de turismo é para curta permanência, ou seja, é apenas para o turista 'ver'. Os rápidos passeios para praias mais distantes demonstram a idéia de que "vendo a natureza se descansa", da mesma forma a organização de passeios de barcos para 'ver' os peixes, com hora certa para sair (relacionada às mares), a montagem das barracas para o comércio no meio do mar durante a baixa-mar. Consumo programado tanto dentro dos barcos como na própria área. E a questão que fica para os que vão 'conhecer ' estes lugares traduz em o que fazer com o lixo? Mas qual o significado de um grande número de pessoas alimentarem os peixes na mão, transportadas em 'bandos', em embarca-

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Sobre a diferença entre treinamento e educação ambiental, veja-se Brügger, Paula -1994 "Educação ou adestramento ambiental"- Letras Contemporâneas.

ções que consomem combustível e ao mesmo tempo também poluem as águas oceânicas? Além disso, onde foram estas embarcações construídas? São algumas das indagações que podem permitir um repensar sobre as análises genéricas que tem sido realizadas.

Do mesmo modo é preciso considerar que ocorrem grandes transformações com a vida cotidiana dos moradores locais, destruindo suas atividades e transformando-os em trabalhadores para o turismo. Aumenta, também, o consumo de energia elétrica, de água potável, etc. tanto pelo aumento de número de pessoas como pelas mudanças de padrões do lugar: da ventilação natural ao ventilador ou ar condicionado para os turistas, por exemplo.

De forma semelhante são realizados investimentos em Fernando de Noronha. Atualmente está se ampliando o aeroporto, considerado um investimento, com finalidade de aumentar o número de turistas, além do conforto e da segurança das aeronaves. Um aspecto interessante está relacionado à este consumo fugaz do território. Os pacotes de turismo prevêem dois ou três dias em Fernando de Noronha. Este tempo é considerado ótimo para 'ver' tudo. Basta ir de barco ver peixes, golfinhos e a costa. Basta alugar um buggy e ir de uma praia a outra, afinal a ilha de Fernando, a única habitada, tem apenas 26km². Da mesma forma as embarcações marítimas de turistas que chegam as ilhas também lá estacionam por, no máximo, dois dias. Nestes dias há montagem de uma pequena feira de artesanato (os produtos vem em sua grande maioria do continente) e uma fila de buggys se forma para transportar os turistas que podem ir rapidamente 'ver' as praias e os recantos. O período permite apenas, assim, ver rapidamente a paisagem, o lugar.

Além dos aspectos apontados acima, que coincidem com vários outros lugares destinados ao turismo, há algumas características específicas relacionados ao ecossistema. Há problemas de abastecimento de água. No

período das secas, que tem se agravado com o aumento de turistas, pois são mais banhos, mais comida, mais roupa a ser lavada, etc., há um racionamento de água. Esta questão não poderá ser resolvida trazendo a água do continente e nem mesmo explorando a água subterrânea, já que está não é potável. É possível que a ciência e técnica descubram formas 'baratas' de desalinizar a água marinha. Mas o que ocorrerá com o ecossistema natural?

Outra questão está relacionada à energia elétrica gerada numa pequena usina termoelétrica que utiliza óleo, proveniente do continente. Algumas normas foram razoavelmente pensadas como a de proibição de chuveiros, já que a temperatura é elevada o ano todo. Utilizam-se ventiladores ao invés de ar condicionado o que parecia uma forma razoável de adequação ao clima. Mas, agora, está se estudando a troca de geladeiras e freezers por novos que economizam energia<sup>12</sup>. Ora, esta solução pode não ser a ideal em termos de sustentabilidade, pois, para produzir-se estes novos freezers e geladeiras deve-se consumir recursos naturais e energia em outros lugares, além do transporte para levá-los para a ilha. O que ocorrerá com os que estão em uso? Ficarão no depósito de lixo da ilha ou serão amontoados no continente? Qual a noção de sustentabilidade possível com esta idéia de produção de novas geladeiras? A noção de desenvolvimento (aqui para permitir o consumo de energia pelo turismo) é produzir novas mercadorias o que mostra que não é possível considera-la como atividade sustentável.

Uma outra questão importante é quanto os resíduos que serão descartáveis no arquipélago. Estes materiais foram produzidos no continente, transportados para Fernando de Noronha e, após o consumo do conteúdo

<sup>12 -</sup> Gazeta Mercantil de 28/4/97 informa que será realizada uma experiência em Fernando de Noronha com a substituição de 700 geladeiras o que permitirá uma economia de 7% de energia elétrica.

de latas, garrafas, plásticos, são descartados na ilha. O depósito de lixo da ilha está saturado, o retorno dos materiais recicláveis não é compensador, em termos de preço da mercadoria (material a ser reciclável) e do custo dos transportes. Para pensar, não na sustentabilidade geral, mas pelo menos na questão dos resíduos uma forma barata seria treinar os turistas a levarem para o continente as embalagens dos produtos por eles consumidos e/ou obrigar as empresas que vendem as bebidas etc. a serem responsáveis pelo retorno dos materiais descartáveis. Um aspecto a ser lembrado é que o depósito de lixo está muito próximo ao local de desova de tartarugas marinhas. Algumas tartarugas morreram por asfixia ao ingerirem plástico.

Assim o desenvolvimento da atividade turística é insustentável, pois a natureza virou uma mercadoria, a paisagem é capturada pela atividade turística que propicia a sua rápida mudança. E além disso fica evidente que a sustentabilidade não pode ser pensada numa única atividade dada a interrelação que existe entre todas as atividades econômicas.

Desse modo não importa para qual nível de renda o turismo se destina. A questão é que o turismo, ou mesmo o ecoturismo, não pode ser analisado como se fosse naturalmente bom e os turistas é que o corrompem. É preciso levar em conta que o local não pode mais ser analisado como o portador de identidade, do exótico, da singularidade, mas sim que este local está sendo cada vez mais apropriado fragmentadamente pelo global e que esta atividade precisa ser compreendida também no âmbito das atividades econômicas.

Retomando os termos iniciais da problemática, considero que é necessário compreender as formas pelas quais o turismo se caracteriza como uma atividade complexa que produz e consome espaços sociais e paisagens numa articulação em pontos do território em uma economia globalizada. É preciso, assim, analisar não apenas a atividade como con-

sumo direto da 'paisagem', natural ou histórica, mas o circuito produtivo de forma ampla. A atividade turística só pode ser analisada pelo "viés" do desenvolvimento sustentável, ou seja, uma análise diagonal e não uma análise da sua essência. Pois, como já dito, viés significa transversal e dada a contradição entre os termos desenvolvimento e sustentabilidade só podemos compreender estes aspectos como transversais. Trata-se enfim de TER a paisagem para VER e não para SER. Penso que este é o desafio de analisar a atividade turística para além dos atributos positivos e negativos para atingir-se a compreensão da complexidade.



NOME:		
Name:		
ENDEREÇO:		
Address:		
RECEBEMOS:		
We have received:		
FALTA-NOS:		
We are lacking:		
ENVIAMOS EM PERMUTA:		
We are sending in exchange:		
Ö		
DATA:		
Date:		
	*	
ASSINATURA:		

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

## À UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária "Zeferino Vaz" Caixa Postal 6.110 13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 788.8342

Telex: (019) 1150 - Telefax (019) 239.3327